JORNAL DO CRP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6ª REGIÃO

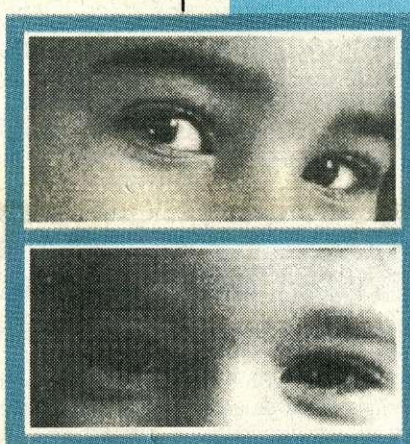
ANO 14 - MARÇO/ABRIL DE 1994 - Nº 86

Exercício profissional

Em todos os eventos, os problemas e os destinos da profissão serão discutidos área por área. Os temas já foram levantados.
Páginas 4 a 9

Legislação conexa

Novas leis mexeram com o campo de trabalho dos psicólogos em todas as áreas. As crianças estão de olho. Os consumidores também.
Página 11



Posicionamento político

O CRP aponta as questões fundamentais, para sintonizar Psicologia e Cidadania.
Página 10

Em tramitação

O salário-mínimo e carga horária dos psicólogos estão em um projeto de Lei que foi da Câmara para o Senado.
Página 16

Rumo ao Congresso Regional

A categoria inicia a série de eventos destinados a mudar o status profissional dos psicólogos. O futuro da profissão está em jogo. E está ligado à vontade política dos profissionais de conquistar seu espaço. As oportunidades estão aí, nos Pré-Congressos e no Congresso Regional, que deságuam no Congresso Nacional de Psicologia.

O paradoxo do clinicalismo

A prática da clínica está em decadência. Os consultórios estão vazios. Mesmo assim o clinicalismo se expande. Mas, há frustração e psicólogos acabam se tornando o melhor mercado para psicólogos. É imperativo repensar a prática clínica.
Página 13

Perfil dos Psicólogos

Convênio assinado entre o CRP-06 e o SEADE permitirá traçar o perfil profissional dos psicólogos no Estado. Com base nessa pesquisa, será possível definir programas e ações concretas em favor da categoria. ***Página 16***

PRÉ-CONGRESSOS E CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA: Datas definidas. Páginas 3 e 7

Rumo ao Congresso Regional de Psicologia

Os padrões de exercício profissional e da formação dos psicólogos ainda estão estacionados na década dos sessenta

Ingressamos em um importante momento do Processo Constituinte da Psicologia: a realização, no próximo mês de maio, do Congresso Regional de Psicologia. Acrescente-se que durante este primeiro semestre estarão sendo realizados os Congressos Regionais por todo o País. Tudo isso como etapa preparatória para o Congresso Nacional da Psicologia a ser realizado em agosto deste ano.

Depois de mais de um ano de reuniões, debates e reflexões nas principais cidades da área de jurisdição do CRP-06, iniciamos o mês de março com os Encontros Setoriais, que culminarão nos Pré-Congressos da Sede e Subsedes durante o mês de abril, e no Congresso Regional no período de 20 a 22 de maio.

É imprescindível dizer que ao rever a atuação e a formação profissionais, os psicólogos estão de fato dispendendo um esforço com a finalidade de contribuir para a transformação da sociedade brasileira em uma sociedade justa e democrática, em que todos tenham as condições de cidadania. É necessário mudar o País e suas instituições, após duas décadas de ditadura militar que tentou imobilizar a dinâmica social e após um período de transição política confusa e emperrada.

Os padrões de exercício profissional e da formação dos psicólogos ainda estão estacionados na década dos sessenta. No caso da formação profissional, a estrutura do ensino do 3º grau montada pela ditadura militar permanece inalterada. Ela produz grandes lucros para os donos de uma vasta rede de ensino privado sem compromisso com a Educação, e ao mesmo tempo dá diploma a uma grande massa de psicólogos sem trabalho e sem qualificação para se firmar em um mercado bastante restrito em relação ao número de profissionais formados.

O campo de trabalho dos psicólogos se ampliou bastante nas três décadas de existência da profissão. A cada ano novas áreas são incorporadas ao exercício da profissão. Essa ampliação não foi acompanhada de uma reflexão coletiva que atualiza as diretrizes do exercício profissional e as bases legais desse exercício através da incorporação das novas práticas.

Também as entidades representativas da categoria (conselhos, sindicatos e associações) necessitam reformular suas estruturas para estarem sintonizadas com os tempos atuais.

Vivemos períodos de tensão e preocupação, pois as formas arcaicas das relações sociais não conseguem dar conta das necessidades do País, ao mesmo tempo que as novas formas ainda se esforçam para vir à luz. Para realizarmos essa travessia é necessário paciência, esforço e organização, pois os interesses que se beneficiam do status quo ainda resistem tenazmente às mudanças. É necessário mudar o País e reorientar a profissão de maneira a contribuirmos para a civilização do País e nos tornarmos contemporâneos de nosso tempo. O processo constituinte é o instrumento dos psicólogos para a participação nesse empreendimento. Ele será tanto mais fecundo e conseqüente quanto mais ele puder ser democrático e representativo dos psicólogos do País. Por isso se faz necessário o empenho de todos. Mãos à obra.

CARTAS

Envio fax sobre a resolução do CFM nº 1401, a fim de que seja informado por parte de V.Sas se o profissional da Psicologia pode beneficiar-se desta resolução, visto que as doenças classificadas no CID envolvem também a nossa área.

Gostaria de prontificar-me junto a este Conselho, que lutássemos ao lado do CRM para conseguirmos ocupar um lugar mais digno dentro dos convênios médicos, contribuindo com uma saúde mental mais satisfatória.

Atenciosamente,
Dra. Regina Helena Elia

Nós da APO, uma associação formada pelos psicólogos da cidade de Orlândia, vimos através desta indagar qual é a posição do CRP, já que o CRM se posicionou frente aos seguros-saúde, obrigando-os a realizar qualquer tipo de tratamento, inclusive o psicológico?

Gostaríamos de saber se há alguma reivindicação por parte do CRP para que isso se concretize, ou seja, para que o tratamento psicológico-psicoterapia possa ser efetuado através dos planos de saúde já existentes.

Nossa associação já existe há um ano e tem lutado por algumas conquistas importantes. Aguardamos a resposta,

Atenciosamente,
Helena Jocelem Corrêa D'Almeida

Prezado Senhor:

Sr. presidente, sentimo-nos muitas vezes discriminados diante de determinados segmentos da sociedade, sobretudo em relação às empresas, particularmente as de seguro saúde.

Nós, do Centro Integrado de Psicologia, prestamos serviços na área há quase 10 anos, embora as diversas dificuldades já manifestadas ao CRP de São Paulo, nos afetam sobremaneira. Como já não bastasse as concessões diárias aos clientes particulares, com diminuição gradativa dos valores das sessões e aumento de prazos de pagamento (inclusive até tratamentos gratuitos), temos ainda de arcar com as conseqüências da absurda discriminação das empresas de convênio de saúde, que não oferecem cobertura à área de Psicologia.

Como raríssima exceção, temos a Sul América, "plano empresa", que cobre tratamento de crianças até 13 anos. Qualquer autista, hiperativo, psicótico, etc. acima desta idade, ou que tenha um plano particular, tem de se conformar em perder o seu direito ou nunca tê-lo possuído.

Outras empresas não ligadas à área (metúrgicas, alimentícias...) suspenderam seus credenciametos há séculos.

Há também aqueles convênios que dão direito a descontos aos seus beneficiários, através de acordos prévios com clínicas, isentando-se de qualquer ônus em relação ao mesmo. Nesse caso, qual o brasileiro ou brasileira que além de pagar altíssimas mensalidades pode, paralelamente, arcar com mais esse custo?

Solicitamos o seu empenho em alterar esse estado de coisas. Não obviamente a situação econômica, pois nem o nosso ministro tem conseguido tal proeza, mas, aproveitando a discussão e conscientização a respeito dos convênios de saúde a partir da população e dos órgãos de imprensa, com a inclusão de vários especialistas anteriormente exclusos, e também a ação do Conselho Federal de Medicina, através da Resolução 1401, de 24.01.94, agora é o momento de mobilizarmo-nos e também à opinião pública, empresas e governo, para que nos dêem a oportunidade, enfim, de trabalharmos e vivermos condignamente do nosso trabalho.

É nesse momento que precisamos do apoio e da ação do nosso Conselho.

Atenciosamente,

Marli dos Santos
Sócia gerente

Márcia Oliveira Gerbelli
Responsável Clínica

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

Adalberto Boletta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lígia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Silvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho, Cláudia Maria Sodré Vieira, Vera do Vale (efetivos). Cassia Regina Rodrigues, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Maria Elisa Pacheco, Milton Luiz Cardassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, Othon Vieira Neto (suplentes). Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolecência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapia, Saúde, Subsedes, Trabalho.

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - CEP 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857.

O ***Jornal do CRP*** é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

Equipe Editorial: Maria Silvia de Mesquita Bolguese e José Roberto Tozoni Reis.
Editor: Fernando Salgado
Produção e Edição de Textos: João Ozorio de Melo
Redação: Miriam Sanger, Cida Teixeira, Juliana Motta e João Ozorio de Melo
Revisão: Edson Baptista
Projeto Gráfico e Apresentação Visual: **PROTEXTO COMUNICAÇÃO E EDITORA**
Diagramação e Editoração Eletrônica: Jayme Alves Feitosa
Fotolito e Impressão: Gráfica do Sindicato dos Bancários
Tiragem: 36 mil exemplares
Periodicidade: Bimestral

Os psicólogos desbravam seus horizontes

A categoria dispara seu grande evento, em busca de maior espaço para a Psicologia no País. Está em em jogo o futuro da profissão

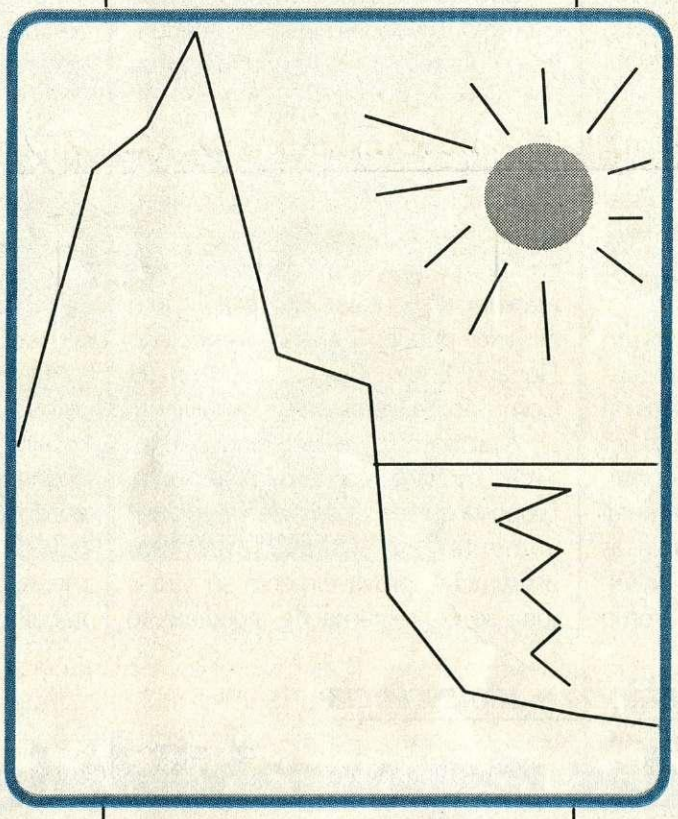
Congresso Regional de Psicologia

Local:
Parlamento Latino-Americano (Parlatino)
Datas:
20/05/94 - 18 às 23 hs.
21/05/94 - 9 às 18 hs.
22/05/94 - 9 às 18 hs.

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, tem passado por momentos de intensa movimentação nos últimos meses. Reuniões preparatórias e encontros setoriais têm atravessado o dia e avançado pela noite. Os sábados deixaram, definitivamente, de ser dia de descanso. Está em curso, com toda essa efervescência, o maior evento dos psicólogos nos últimos anos. O campo da Psicologia começa a ser explorado por dentro, para que os psicólogos possam projetá-lo para o mercado de trabalho e para o País. Há questões fundamentais que exigem esclarecimentos definitivos - desde as indagações maiores sobre o envolvimento do profissional com a vida de seu País à pergunta já rotineira: o que faz um psicólogo, afinal?

Na verdade, estes meses de reuniões de conselheiros, representantes das Subsedes e psicólogos de toda a 6ª Região, desde meados do ano passado, têm reunido um grande número de profissionais da área, que estão trabalhando arduamente na preparação da série de eventos, que começou com as "Reuniões Preparatórias" de fevereiro, continuou com os "Encontros Setoriais" de março, têm seqüência com os "Pré-Congressos" deste mês, avança pelo "Congresso Regional do CRP- 06" de maio, e deságua no "Congresso Nacional da Psicologia" de agosto.

"É um acontecimento que se torna grandioso, porque precisamos ter um movimento de fôlego, de envergadura equivalente à série de questões que temos de resolver na área da Psicologia", afirma o presidente do CRP- 06, Odair Sass. Durante todos esses meses, psicólogos de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - e mais à frente todos os psicólogos do País - estarão concentrados no esmiuçamento de temas como o "Exercício Profissional", a "Formação Profissional" e a "Organização Política dos Psicólogos". Os grandes problemas da Psicologia, finalmente, estão sendo atacados. E isso terá reflexo imediato no dia-a-dia do psicólogo em seu trabalho e nas questões fundamentais que afetam sua vida profissional.



No curso das reuniões com representantes das Subsedes, os conselheiros definiram com clareza o ponto essencial da questão: "Nós precisamos redefinir nosso lugar". Eles se referiam às indefinições do campo de atuação dos psicólogos, que não sabem exatamente as áreas em que podem se inserir e, nessas áreas, as funções que podem exercer. Ou simplesmente não sabem exercer as funções que lhes são destinadas, por causa de uma formação deficiente.

Dessa forma, psicólogos entram nos Tribunais, nas escolas, nos hospitais, muitas vezes tentando aplicar velhos modelos de atuação, até se darem conta que a instituição está demandando algo que vai ainda sendo construído no cotidiano do trabalho.

Toda a seqüência de eventos deste ano, do Pré-Congresso ao Congresso Regional e ao Congresso Nacional, deve abrir espaços para a discussão tanto de questões mais amplas, como a da organização política dos psicólogos, quanto de preocupações do dia-a-dia dos profissionais, como o da subutilização do psicólogo como um mero emissor de laudos técnicos, ou sua utilização em funções "desviadas".

Os psicólogos têm novos espaços a serem conquistados em todo o mercado de trabalho. Em uma segunda etapa, deve haver um esforço de conquista desses espaços junto às instituições públicas e empresas privadas e também junto a colegas de trabalho, de equipes multiprofissionais – obviamente isto inclui também a possibilidade de intervir, reivindicando políticas de saúde, educação etc.

Uma súmula dos temas que compõem o quadro de preocupações da categoria discutidos nos Encontros Setoriais e que serão levados a uma inevitável análise dos psicólogos no Congresso Regional e no Congresso Nacional, são apresentados a seguir.

Exercício Profissional/Saúde

Em busca do interesse público

Não há campainhas estridentes nas salas dos psicólogos nos hospitais, nem há uma sirene para abrir seu caminho nos corredores. Mas, sempre que um psicólogo é chamado, é bem provável que há algum incêndio para apagar. O trabalho do psicólogo na área da saúde, na medida em que é utilizado, apenas para tratar de distúrbios mentais, está bem próximo dessa imagem. Aliás, ela descreve todo o quadro do sistema de saúde no País, um modelo médico que se ocupa da doença e se esquece da saúde. Esse foi um dos principais eixos das discussões que aconteceram nas reuniões preparatórias e nos Encontros Setoriais de Saúde durante os meses de fevereiro e março. O que se constata fundamentalmente é que os psicólogos só serão inseridos adequadamente no sistema se houver uma substituição do modelo médico-assistencial, ultrapassado, pelo modelo de atendimento integral à saúde, como prevê a Constituição do Brasil.

Para se chegar a esse modelo, há um caminho bem definido: o primeiro passo é o de municipalizar os serviços da Saúde Pública, o que deve ser feito em cumprimento às determinações constitucionais, desde que o governo federal e o estadual repassem aos municípios as verbas que lhes cabem e que as prefeituras elejam a Saúde Pública como prioridade na aplicação de seu bolo total de recursos.

O segundo passo, talvez a mais importante inovação em termos de saúde pública no País, é o de se definir, antes de mais nada, as reais necessidades de atendimento da população. E só então, com essas informações em mãos, se vai propor um programa de Saúde Pública para o Município. Esse modelo se contrapõe à política de se definir programas gerais de saúde para o País, que muitas vezes não contemplam necessidades específicas de cidades ou regiões e desperdiçam esforços e recursos, nessas mesmas áreas, com medidas desnecessárias.

SAÚDE INTEGRAL - Pode ser, por exemplo, que se observe surtos freqüentes de diarréia em determinadas cidades. Nesse caso, o programa de atendimento integral à saúde da população poderá privilegiar uma ação de educação sanitária, até para evitar que hajam tantas ocorrências de tratamento médico. "Isso pode ser considerado até uma maneira responsável de se aplicar o dinheiro público", afirma o psicólogo Floriano Barros Pereira, membro da Comissão de Saúde do CRP- 06.

A proposta de um programa de educação sanitária, como qualquer outra proposta que não seja baseada exclusivamente em modelo médico-assistencial, provavelmente só virá à tona se o programa de atendimento integral à saúde tiver sido elaborado por uma equipe multiprofissional. Depois de pronto e aprovado os programas específicos de atendimento às necessidades da população local, a sua implantação também dependerá, forçosamente, do trabalho de uma equipe multiprofissional - o psicólogo fatalmente terá espaço em muitos desses programas.

RECURSOS - Esse modelo não é novo. Ele já fora aprovado pela "VIII Conferência Nacional de Saúde", de 1986, que o definiu como "modelo sanitário". Em seguida, as suas propostas básicas foram abençoadas pela Constituição de 1988. Mas não o foram pelos orçamentos do governo federal, que destinaram à Saúde US$12 bilhões naquele ano, US$6,6 bilhões no ano passado e US$3,3 bilhões neste ano. O governo federal espera que os municípios se ajeitem com os recursos próprios e com os repasses do governo estadual. Nesse caso, cabe às equipes multiprofissionais ajudarem os prefeitos a abrir os olhos para as necessidades básicas da população.

Nesse novo quadro, o enfoque da psicopatologia, que restringe o tratamento psicológico ao tratamento de doenças mentais, perde espaço em favor dos conceitos mais amplos de Saúde Pública. Os psicólogos terão, provavelmente, que abandonar o isolamento do trabalho clínico, para se inserir nesse quadro mais abrangente do atendimento integral à saúde, se quiserem se promover no mercado de trabalho. Os interesses do psicólogo passam a estar interligados aos interesses da coletividade. Passa, portanto, a fazer parte do dia-a-dia do psicólogo a preocupação com as necessidades básicas da população e com as possíveis formas de atendê-las.

OLHAR CRÍTICO - As preocupações dos profissionais da Psicologia devem também descer a detalhes do atendimento assistencial-hospitalar, para se detectar maus funcionamentos do sistema e tentar melhorá-lo em favor da comunidade.

Na área da saúde, os "Pré-Congressos" e o "Congresso Regional de Psicologia" devem discutir também a questão das equipes multiprofissionais no hospital e outras instituições de saúde. O primeiro problema, nessas circunstâncias, é que o psicólogo – como outros profissionais da equipe – nem sempre sabem exatamente qual a sua função e o seu papel no grupo e qual o trabalho que lhe cabe em cada uma das atividades.

Na área já reconhecidamente denominada como psicologia hospitalar, onde o profissional atua em hospitais gerais, comumente submetidos à hierarquia dos médicos, tratou-se de se discutir sobre as especificidades da prática psicológica sem reproduzir a estrutura imposta pelo modelo médico convencional.

Exercício Profissional/Infância e adolescência

A questão das responsabilidades abandonadas

O setor da Infância e da Adolescência pretende levar à discussão nos Pré-Congressos e no Congresso Regional de Psicologia três pontos básicos da relação dos psicólogos com o "menor": a formação, o exercício e a atuação política dos profissionais da área. No caso, serão estudados com especial atenção os campos de atuação que surgiram com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e para os quais, por vários motivos, os psicólogos ainda não despertaram totalmente.

Outra questão importante - e que está incluída na pauta de discussões - é a carência de pesquisa e de produção teórica universitária desta área. Pouco vem sendo publicado. O grupo que vem trabalhando no setor acredita que a publicação é uma forma eficaz de tornar ainda mais presente o campo de atuação dos psicólogos que trabalham na área institucional. Esta seria uma das formas encontradas para iniciar um processo que venha a esclarecer os parâmetros e alcance do trabalho que já vem sendo desenvolvido por estes profissionais.

Quase tudo é novo nesta área. Portanto, também o Código de Ética dos Psicólogos poderá ser, mais uma vez, questionado e renovado em função de todas as mudanças que ocorreram. É certo que o profissional que hoje se dedica ao acompanhamento de crianças e adolescentes em instituições tem carências e procedimentos diferentes do que os que se dedicavam a esta atividade anos atrás.

É obrigatório, por exemplo, que o psicólogo trabalhe em um campo mais abrangente do que antes. Mas, para que possa fazer isto, é necessário que seja traçado um parâmetro de educação que não invada a área de outros profissionais, como os assistentes sociais, por exemplo. Ao contrário, estes profissionais tendem a, cada vez mais, realizar trabalhos conjuntos, interativos. Por fim, no ponto convergente de todos estes temas, o setor pretende discutir como seria uma legislação que abarcasse toda a situação vivida pelos psicólogos que atuam nesta área.

Em resumo, o que se pretende é encontrar as respostas para três perguntas básicas que, após a aprovação do ECA, se fazem os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes: quem somos, como atuamos e, finalmente, onde queremos chegar?

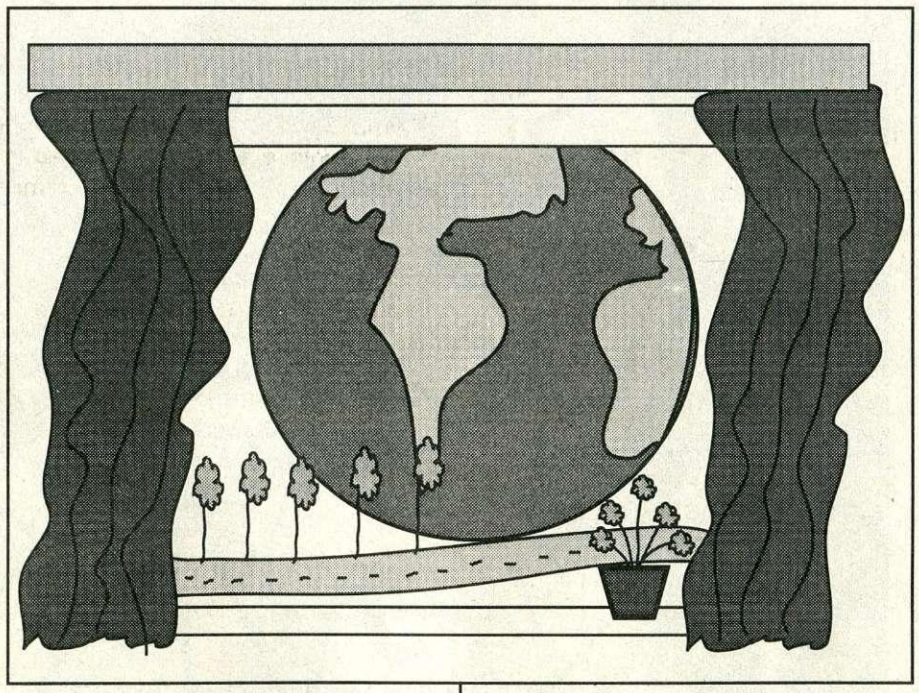
Exercício Profissional/Trabalho

Assim caminha a Psicologia

Um documento de quatro folhas, com o título genérico de "Propostas para o Encontro Setorial", foi elaborado pela Comissão de Trabalho para servir de base para as discussões com a categoria. É possível se apreender da leitura sobre a prática do exercício profissional do psicólogo alguma coisa do tipo "vamos derrubar essa casa e construir uma nova". As propostas são feitas sem muito alarde, mas são justificadas: "Velhas funções desaparecem, surgem novas. Muitos conhecimentos tornam-se obsoletos, aparecem novos", diz o documento. O mundo segue seu curso, a Psicologia deve buscar seus caminhos dentro dos movimentos dinâmicos que ele produz. Esse é o pensamento básico que a Comissão de Trabalho quer levar à discussão em todos os eventos, dos "Encontros Setoriais ao Congresso Nacional".

A dinâmica do processo evolutivo no campo econômico, político e social ganhou um ritmo mais acelerado nos últimos anos. Na economia mundial, que necessariamente afeta a doméstica, os fatos se atropelam - e atropelam os brasileiros, que as vezes andam na contramão. Se concretizam, aos poucos, os processos de globalização das Nações; os países se organizam em blocos regionais; rompem-se as fronteiras comerciais; a economia mundial se internacionaliza.

No sistema produtivo, a exigência de qualidade dos produtos e serviços toma corpo; cresce a ideologia neoliberal, fortalecem-se o livre mercado e a iniciativa privada; novas tecnologias e novos conhecimentos



despencam sobre nossas cabeças a cada momento; o processo de produção se moderniza impiedosamente; a terceirização de serviços avança em todos os setores; a eficiência torna-se requisito básico no emprego. Que emprego? O desemprego perde a sua condição de fato "conjuntural" e ganha a qualificação de "estrutural", como ocorre nas recessões generalizadas em que o mundo se mete de quando em quando.

"Essa é a realidade. E o que mais pode acontecer quando as Faculdades se recusam a acompanhar o processo evolutivo do mundo e, pior ainda, do País?", pergunta a conselheira e coordenadora Márcia Spínola, preocupada com a questão da formação do profissional de Psicologia, que tem que se acertar com os novos tempos. "Não se prepara psicólogos para este mundo", ela responde.

Até o momento, com algumas dificuldades de mobilização dos profissionais que atuam na área, o grupo elaborou as seguintes propostas:

1. Os psicólogos devem explorar novas formas de conhecimento e pesquisas desenvolvidas por outras instituições, além das universidades, que também participam da formação de psicólogos. Existem, por exemplo, empresas de consultoria da área, que desenvolvem trabalhos de vanguarda, que podem se transformar em importantes "teses" de discussão no Congresso Regional e Nacional.

2. As empresas de consultoria também incorporam com maior rapidez novos instrumentos e novas técnicas de trabalho, como "inventários de personalidade e de perfil". Normalmente, esse material permanece sob o domínio das empresas porque é caro. É possível pensar em uma forma conseqüente de transmissão destes novos conhecimentos e materiais.

3. Surgem no mercado notícias de experiências bem sucedidas de indivíduos isolados ou de entidades, frutos do trabalho e de pesquisas de profissionais da área, aos quais outros psicólogos não têm acesso. O Congresso será um importante fórum para o debate acerca deste trabalho.

4. No campo específico da Psicologia do Trabalho, é preciso se fazer um acompanhamento mais sistemático das mudanças que ocorrem nas áreas da relação do trabalho. É preciso acompanhar o que ocorre nos sindicatos, nos demais órgãos de classe, nas instituições públicas e privadas.

O desbravamento do mercado está, obviamente, associado à busca de informações sobre as oportunidades de trabalho que se fecham e se abrem com a dinâmica do processo evolutivo. Áreas novas ainda estão por ser exploradas, áreas seminovas, pouco usadas, precisam ser melhor aproveitadas. Enfim, nos Congressos Regionais e Nacional haverá espaço e oportunidade de discussão e encaminhamentos que incluam essas reformulações da área do Trabalho.

Exercício Profissional/Justiça

Um novo caminho

Os psicólogos que trabalham no setor de Justiça realizaram em fevereiro e março reuniões e encontros setoriais na sede e subsedes . O objetivo é articular as diferentes experiências que hoje existem entre os psicólogos das diversas esferas do sistema, para apresentação de propostas concretas no Congresso Regional de Psicologia, que se realiza em maio.

Para a categoria, trata-se de definir o lugar do psicólogo em relação às demandas a que são submetidos. De um lado, o sistema judiciário, esperando do psicólogo contribuições no sentido de solucionar questões legais. E de outro a população, que embora recorra à Justiça em busca de soluções jurídicas, na maioria das vezes carece de medidas sociais e políticas para o atendimento de suas reais necessidades.

Como pano de fundo para o debate, está o risco permanente do psicólogo judiciário perder especificidade profissional e somente encontrar espaço de atuação no sentido de referendar valores tradicionalmente reconhecidos pelo sistema, em vez de ocupar o lugar do profissional capaz de intervir e propor programas para a transformação do Judiciário.

Na avaliação de Sidney Corocine, psicólogo e diretor técnico do Hospital de Custódia de São Paulo, a garantia da especificidade do saber do psicólogo é uma questão política. "O grande sintoma da psicologia, neste momento, é a falta de cidadania. Nessas instituições, os conceitos sociais acabam sendo transpostos para um conceito técnico sem muita discussão, e nós, psicólogos, precisamos ser críticos. Muitas vezes acabamos facilitando toda uma conceituação ética e moral que está aí, premiada por certos

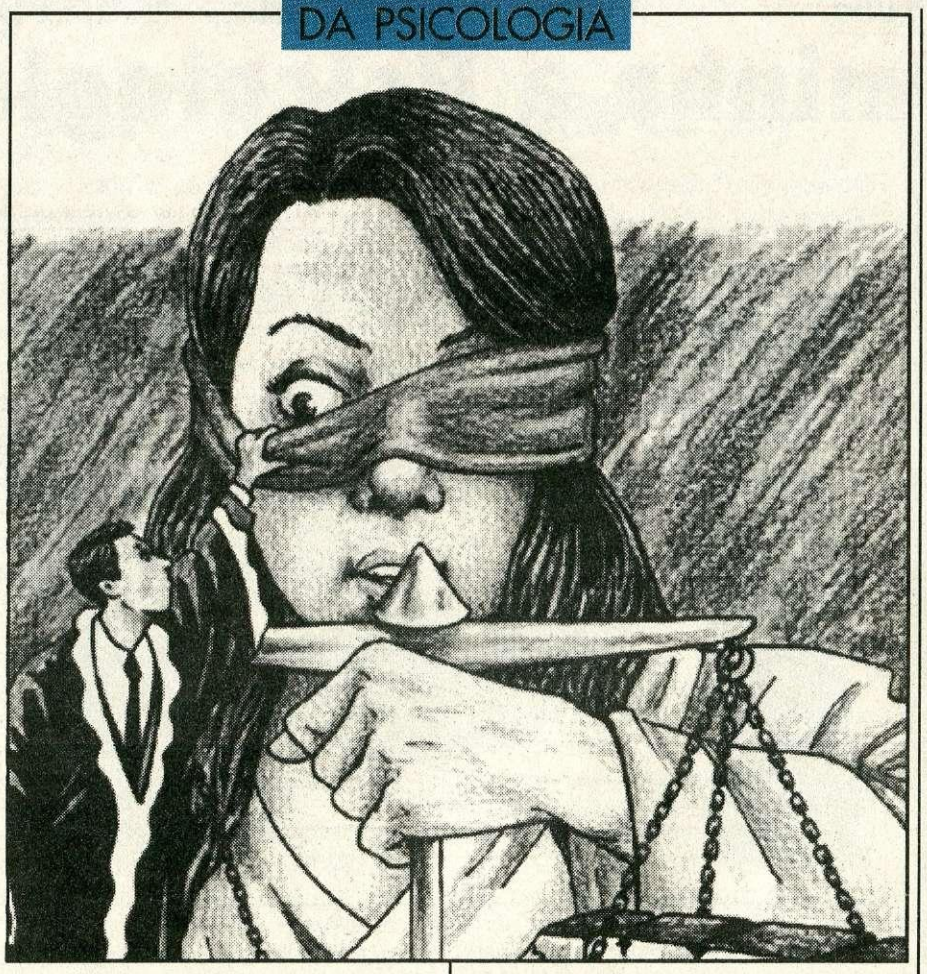
▶

valores conservadores, vigentes na manutenção do sistema."

Coroçine defende uma intervenção ampla, capaz de gerar políticas que culminem numa transformação profunda de todo o sistema. "Não é à toa que ocupo um cargo de direção. É preciso intervir também em relação a funcionários, aos outros poderes e mesmo na relação entre os próprios pacientes."

Já na opinião da psicóloga judiciária Dayse Bernardi, presidente da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça, é necessário levar em conta as especificidades e problemas próprios dos profissionais que trabalham nos presídios e manicômios e a situação por que passam os psicólogos que trabalham no Tribunal de Justiça."Precisamos nos articular nos pontos comuns às duas áreas de atuação, que são, a meu ver, as questões da identidade do psicólogo, de não estar respondendo apenas por um diagnóstico do indivíduo, mas tendo a compreensão mais ampla do contexto de que este indivíduo faz parte", afirma.

Defendendo a tese de que os juízes, hoje, estão mais abertos do que parece a conhecer a profissão do psicólogo, na medida em que se sentem de fato assessorados, Bernardi sugere ainda que "na relação da psicologia com a justiça, os dois saberes devem estar sendo conciliados e que o psicólogo precisa assumir mais o seu poder de decisão".



Para a psicóloga Kátia Pelegrinelli, que trabalha na Vara de Família da Lapa, quando o sistema judiciário pede do psicólogo uma avaliação para subsidiar uma sentença judicial, ele tem implícitas perguntas do tipo quem é o louco, o errado, enfim, o culpado pela situação. Neste caso, corre-se o risco de se estar contribuindo para uma sentença discriminatória, que pode solucionar o problema imediato da Justiça, mas criar um problema maior no futuro.

"O psicólogo está se propondo a dar este subsídio para uma sentença discriminatória? Eu penso que não", afirma. "Mas nós podemos dar uma resposta inesperada. Podemos, por exemplo, interpretar esta demanda, mostrando que não se trata necessariamente de um culpado, mas que existe um contexto familiar, social que precisa ser modificado", conclui.

Há ainda quem considere a questão pela via da necessidade de que o sistema preveja a reabilitação para a população envolvida nas questões da Justiça. É o caso de Sergio Bassit, que atua no sistema carcerário do Estado."O psicólogo pode ter uma função muito importante de reabilitação. Mas isso não fica aos cuidados dele, na medida em que o sistema não prevê essa reabilitação. Quer dizer, nós não temos condições mínimas de trabalho."

Ele, no entanto, a exemplo dos outros profissioais, concorda que este é um momento fundamental para a categoria. Defendendo a organização de todos os psicólogos que atuam na Justiça em torno de diretrizes de trabalho, Bassit faz a síntese da discussão: "Estes primeiros momentos são difíceis porque estamos elaborando a angústia do que a gente tem de mais duro no nosso trabalho. Nós temos uma contradição interna, porque existem interpretações diferentes da prática. Mas, enfim, acho que temos que ter uma estrutura básica da Psicologia em relação ao Judiciário, porque se não estivermos organizados, o outro não respeita a nossa fala", finaliza.

Exercício Profissional/Educação

Precisa-se de profissional competente

O sistema de classes especiais nas escolas, para alunos que se comportam fora dos padrões classificados como normais, tem revelado uma conseqüência perversa: ele contribui para o "emburrecimento" das crianças, ao invés de ajudá-las a desenvolver a inteligência. É um processo semelhante ao das prisões, em que presos acabam se transformando em criminosos. Dessa forma, espera-se o remodelamento - ou talvez a extinção - das classes especiais. Enquanto isso não acontece, os psicólogos, ao serem chamados a emitir laudos sobre os alunos, ajudam o sistema a transformar crianças normais em deficientes mentais. Essa é apenas uma faceta de um grande problema: os psicólogos, de uma maneira geral, ainda não se inseriram adequadamente na Educação Básica do País, apesar de terem um amplo campo de atuação à sua espera, nessa área.

Os subgrupos da Educação nos Pré-Congressos, Congresso Regional e no Congresso Nacional de Psicologia terão o encargo de propor alternativas mais saudáveis para a participação do psicólogo no sistema educacional do País. A primeira grande proposta a ser discutida é a que se refere à própria política da Educação no Brasil: é preciso expandir o nível de intervenção de profissionais da área, como psicólogos e pedagogos – que hoje ignoram e são ignorados pelo sistema – em vez de deixar tudo como está, nas mãos de políticos e administradores públicos.

Os profissionais devem, igualmente, aumentar sua participação no processo de organização das escolas, inclusive da montagem da estrutura e do currículo. Por enquanto, a maioria dos psicólogos tem se comportado como se esses assuntos nada tivessem a ver com eles. Permanecem atrelados à atuação médico-clinicalista, que só acontece quando são solicitados a resolverem questões relacionadas com supostas crianças-problema.

Também é de interesse dos psicólogos, conforme se discutirá nos próximos eventos, a revisão da legislação que regulamenta a Educação no País, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). É preciso discutir, por exemplo, a competência profissional para se lecionar Psicologia da Educação, que hoje é reserva dos pedagogos, mas deveria ser dos psicólogos, e definir uma proposta de ação para mudar a situação. Além disso, é necessário rever a legislação sobre educação especial, que exige avaliação psicológica de crianças, para lançá-las em classes especiais.

Os subgrupos da Educação, como os subgrupos de outras áreas, também deverão discutir a questão da formação do psicólogo. Como nas demais áreas - excetuando-se a clínica, em que o psicólogo desfruta de alguma formação –, a Educação está desprovida de profissionais de Psicologia com competência para exercer as atividades que lhes cabem. As faculdades devem prover aos psicólogos formação específica para atuar nas escolas.

Exercício Profissional/Psicoterapia

O isolamento dos "clínicos"

Muitos foram os temas levantados pelos psicólogos clínicos para serem debatidos no Congresso Constituinte da Psicologia. Entre eles estão questões sobre a formação do psicoterapeuta, as práticas alternativas, mercado de trabalho e a inserção social do psicólogo. Ao longo dos debates, um consenso foi, pouco a pouco, se delineando. Existem muitas inquietações na ordem do dia, mas muito poucas oportunidades para uma troca de experiências entre os profissionais que atuam na área.

Nesse sentido, os encontros do grupo setorial de psicoterapias foi considerado um passo importante para o início de debates mais amplos sobre as questões prioritárias para a categoria. "Como trata-se de segmento em que os profissionais normalmente não estão ligados a instituições, os psicólogos clínicos acabam por ficar isolados nos consultórios, convivendo com uma dificuldade de articulação em torno de temas que extrapolem as questões teóricas", opina Erane Paladino, conselheira do CRP e coordenadora da comissão de psicoterapias.

Mas, embora o debate sobre psicoterapias passe por temas distintos, vai encontrar um ponto comum no momento social e econômico por que passa o País. O Brasil mudou e com ele o espaço de atuação de muitas profissões. Hoje, constata-se uma contradição que tem causado ansiedade nos profissionais: existe uma grande demanda por atendimento, mas a cada dia é maior o número de consultórios vazios. "Isso não acontece necessariamente por incompetência do terapeuta, ou porque ele tenha uma conduta inadequada, mas porque existe uma demanda social que a gente não vem dando conta de atender. Muitas das nossas propostas de psicoterapia, muitas vezes, não conseguem atender e é urgente repensar isso", constata a psicóloga e professora Laura Calejon.

Esta constatação, se por um lado encontra eco na contradição da grande demanda por atendimento em relação à pequena procura pelo trabalho do psicoterapeuta nos consultórios, por outro coloca em cheque o "modelo" de atendimento praticado tradicionalmente pelos profissionais.

Relacionando o pequeno espaço de atuação que hoje se coloca para o psicólogo frente à grande demanda social por atendimento, com o momento de crise que o País atravessa, Erane Paladino analisa a questão sob o ponto de vista das novas perspectivas que podem se abrir para os psicólogos. Para ela, "o psicólogo está angustiado porque tem encontrado um espaço fechado de atuação. Mas ainda estamos presos ao modelo clínico de atendimento individual, que nos países desenvolvidos já está acabando. Nesses países, a perspectiva do trabalho do psicólogo é a de estar se inserindo num modelo de atuação mais social".

Opinião semelhante é defendida pela professora Laura, para quem a problemática deve ser vista a partir da relação existente entre as várias questões que hoje são levantadas. Fazendo a conta do grande número de técnicas e sistemas psicoterápicos existentes, Calejon lembra o fato de que em muitos momentos a Psicoterapia confunde-se com a Psicanálise, não tendo, ainda, um discurso e procedimentos próprios. "Nós precisamos fazer muita pesquisa para organizar uma forma própria de trabalhar as relações, estabelecer critérios e fazer prognósticos", defende.

Segundo as avaliações da professora, esta talvez fosse uma boa forma de se chegar a um modelo de atendimento mais compatível ao tipo de demanda social que o País apresenta. "Se pudermos entender os sofrimentos e dificuldades das diversas classes sociais, vamos poder encontrar formas mais adequadas de ajudar. Formas que não sejam nem psicanálises abreviadas nem psicanálises caricaturadas."

E quando se trata de pesquisa e perspectivas, não dá outra. Entra em cena o tipo de formação oferecida pelas universidades. As opiniões, mais uma vez, percorrem não só a lógica do ensino universitário, mas o tipo de valores escondidos neste modelo de ensino. "Não podemos esquecer que de alguma forma a gente ainda vive um modelo de universidade, estabelecido pelo acordo MEC-USAID, feito em 1968. O padrão de educação é o mesmo", opina o psicanalista Sergio Luiz Braghini.

A formação dos profissionais nas escolas de Psicologia, ainda está estruturada na clínica, na Psicologia Educacional e na Organizacional. Para a professora Laura, "a identidade desses campos está sendo revista. Mas eu sinto que em termos de formação, ainda temos um modelo muito clássico".

Ainda segundo a opinião da professora, a Psicologia Organizacional é desqualificada como a filha bastarda da Psicologia e a Psicologia Educacional passa por um processo de revisão e redefinição. Enquanto isso, a clínica surge como o espaço onde o psicólogo vive a ilusão de que é um profissional liberal, livre das pressões das instituições e independente para definir os rumos de seus passos profissionais.

Além de todas estas questões, no entanto, a Psicologia vem sofrendo as conseqüências de indefinições também no campo conceitual. Área onde a terminologia abrange conceitos amplos e de compreensão diversificada, as psicoterapias geralmente são definidas de forma ampla e genérica, como os tratamentos que se valem de meios psicológicos para remover sintomas, ou promover o crescimento. Como se isso não bastasse, existe uma gama variada de técnicas e métodos que atendem pelo nome de psicoterapias, o que dificulta ainda mais as discussões em torno do tema.

Na opinião do psicanalista Sergio Luiz Braghini, "a questão primordial para a psicologia, neste momento, seria estar podendo, afinal, definir qual é o campo do psicólogo". Defendendo a tese de que a partir do momento em que se define o objeto de estudo, o campo de trabalho vai se delineando com maior clareza, Braghini alerta ainda para confusões próprias de períodos conturbados, como o que vive o País. Para ele, é preciso diferenciar o campo de atuação do psicólogo do mercado de trabalho, pois "se o psicólogo levar sua demanda pelo mercado de trabalho, perde-se o sujeito". "Em psicanálise dizemos: o mercado mata o desejo. E aí não há sujeito", conclui.

CALENDÁRIO DOS PRÉ-CONGRESSOS

SEDE/SP

Data: 16/04/94
Horário: 9h00 às 18h00
Local: Sinpro
Rua Borges Lagoa, 208

CAMPO GRANDE

Data: 16/04/94
Horário:
8h00 às 12h00/ 14h00 às 18h00
Local:
Subsede:
Rua Marechal Rondon, 1636
8º andar - s/803

ASSIS

Data: 08/04/94
Horário: 9h00 às 18h00
Local: Subsede
Rua Oswaldo Cruz, 37

CAMPINAS

Data: 16/04/94
Horário: 9h00 às 17h00
Local: PUCC Campinas
R. Marechal Deodoro, 1099
Prédio Central

SANTOS

Informações pelo
tel: (0132) 39-1987

RIBEIRÃO PRETO

Data: 12/04/94
Horário: 19h00
Local: Colégio N. S. Auxiliadora
Rua Duque de Caxias, 927

TAUBATÉ

Data:16/04/94
Horário: 19 horas
Local: Universidade de Taubaté - Depto. Psicologia
Av. Tiradentes, 500

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Data: 30/04/94
Horário: 9h00 às 12h00
Local: Subsede

BAURU

Data: 15/04/94
Horário: 9h00 às 17h00
Local: Oficina Cultural
Rua Rubens Arruda, 3-33

CUIABÁ

Data: 15/04/94 - Horário: 20 horas
Local: Rua General Vale, 321
Ed. Marechal Rondon - s/305

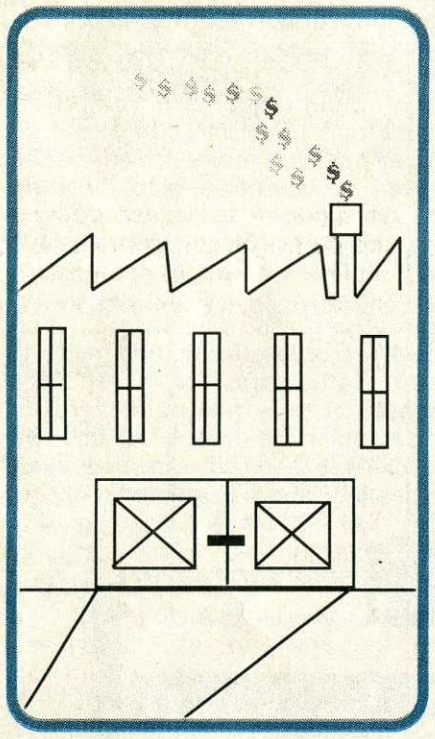
SANTO ANDRÉ

Data: 16/04/94
Horário: 9h00 às 17h00
Local: Subsede R. Luiz Pinto
Flaquer, 523 - s/61

Formação profissional

A indústria esperta do ensino

Muita gente ainda se lembra do pneu "Cinturato". Era o melhor produto da Pirelli na década de 70 - tinha alta qualidade e, portanto, alta durabilidade. Mas havia um problema: porque durava muito, vendia pouco. A fábrica tirou, então, o pneu de linha e passou a fabricar um outro produto, mais fraco, para aumentar seu volume de vendas. Esse tipo de jogada é observado com freqüência no mercado. Pode até ser considerado vulgar. O mercado do ensino, por exemplo, está se aproveitando da situação de que o cursos de graduação em Psicologia são fracos para vender mais: está prosperando o mercado de "cursos



livres", à custa dos consumidores do ensino de Psicologia, que são levados a fazer cursos e mais cursos de especialização, para se habilitarem a entrar no próprio mercado.

"Esse é um esquema perverso", declara o presidente do CRP- 06, Odair Sass. O problema é que passa a interessar aos promotores de cursos de especialização – alguns chamados de "cursos livres" – que o processo de formação dos psicólogos continue deficiente, pois isso força os formandos – e mesmo profissionais pouco habilitados – a buscar complementação de sua formação básica para sentirem-se em condições de enfrentar o mercado. "Temos aí um sistema que se sustenta das próprias fraquezas, muito convenientemente. Fraquezas que, aliás, são criadas e, posteriormente, conservadas mesmo sistema", afirma Odair Saas.

Na verdade, os cursos de especialização são muito bem-vindos, para a Psicologia e para o exercício profissional na área. Mas o pressuposto básico, para isso, é o de que os psicólogos tenham tido antes uma formação básica que já os tenha habilitado a exercer, com competência, a sua profissão. Preparar um psicólogo para ser psicólogo é função das faculdades de Psicologia, não dos cursos que o sistema de ensino possa oferecer-lhe mais tarde, depois de diplomado.

O processo de formação básica tem que cuidar da preparação específica do psicólogo para o exercício da profissão. E isso deve acontecer em todas as áreas da Psicologia e não só na área clínica, como é atualmente. Por isso, é preciso mexer na estrutura do ensino universitário, dedicando-se mais tempo à formação profissional e menos tempo à sua formação geral, que dá uma espécie de "embasamento filosófico" para o psicólogo. "Hegel já dizia que 'a Filosofia é como a coruja, ela alça vôo ao entardecer'. Por isso, temos que nos preocupar, primeiro, com as questões do dia-a-dia. Os outros conhecimentos, que também são importantes, devem vir como sobremesa, não como prato principal", diz o presidente do CRP.

Formação específica para o exercício profissional não significa, segundo Odair Sass, comprometimento com aspectos puramente técnicos da profissão de psicólogo. O ensino das técnicas psicológicas para o tratamento mental de indivíduos deve, forçosamente, levar em conta a questão do contexto em que os indivíduos - ou os problemas - se situam. "O psicólogo da educação, por exemplo, não deve fixar sua atenção apenas no aluno que, segundo dizem, tem problemas mentais. Ele deve examinar o aluno dentro da escola, que tem diretores, funcionários, professores, porteiros, outros alunos, muros que o separam até certo ponto de uma certa comunidade e que o colocam nos limites de outros tipos de relacionamento, de disciplina e de orientação", exemplifica o presidente.

O crescimento dos psicólogos, como categoria profissional, no mercado de trabalho depende muito da disposição pessoal de cada um de se projetar da individualidade para o contexto em que vivem e para as questões coletivas. "Um bom emprego na Prefeitura pode depender disso", afirma o presidente do CRP. "Se o prefeito resolve, em vez de simplesmente abrir mais algumas escolas, montar um sistema de ensino infantil articulado com ensino fundamental – e isso só acontece se alguém o orientar nessa direção –, ele vai precisar de uma equipe multiprofissional para tocar o projeto. E isso inclui, obviamente, o psicólogo. Mas, tem um problema: se isso acontecer, podemos não estar preparados para montar um sistema escolar, por falta de competência. Afinal, só aprendemos a fazer clínica na Faculdade", declara Odair Sass.

Essa questão vez ou outra remete os psicólogos para uma grande discussão de sua área: se o psicólogo deve ser um especialista ou um generalista. Alguns aficcionados do modelo clínico para o exercício profissional vêem o psicólogo como um especialista em Psicoterapia. "Aí é que está o engano", afirma o presidente do CRP. "O clinicalista é, na verdade, um generalista, porque ele quer aplicar o modelo clínico em tudo - na Educação, na Saúde, no Trabalho, na Justiça, no consultório".

Subsedes

Cuidando da Saúde

Tomando como diretrizes o eixo proposto para os encontros da Saúde - o exercício profissional, campo de trabalho, mercado e condições de trabalho - analisamos a relação "Psicologia e Saúde", partindo inicialmente da definição de saúde proposta pela OMS: "Saúde é o bem-estar físico, mental e social, e não a ausência de doença".

Neste sentido refletimos sobre a necessidade de a Psicologia repensar o seu papel na promoção de saúde.

E o que é promover saúde?

É atender a todas as pessoas que nos procuram e tratá-las?

Mas, afinal o que é tratar?

É promover saúde? Como se faz isto?

Estas questões, que estão a cada dia mais intensamente colocadas para nós psicólogos, principalmente àqueles envolvidos com a Saúde Pública, são fundamentais para serem pensadas e discutidas.

Aliás, a Saúde Pública nos últimos anos tornou-se um grande mercado de trabalho para os psicólogos, os serviços criados em vários municípios têm servido para alavancar esta discussão na categoria.

E por falar em município, isto nos remete à municipalização e ao SUS - Sistema Único de Saúde, que pela Constituição determina que a saúde é função do Município, cabendo ao Governos Federal e Estadual repassar as verbas necessárias para implantação dos equipamentos.

Aliás, este foi um pont
do conhecimento do SU
discutir o papel da Psicol

Questões como:

- Quem atender? Com
problemas de saúde de ur
ao psicólogo a partir de s

Entendemos que o
modificou-se.

Hoje já não é mais po
equipe multiprofissional.

Além disso, a atuaçã
às equipes de atendim
gerenciamento e execu

O pensar as ações de

É necessário que to
discussão para que no
mente discutido.

Os psicólogos da Sub
trarão contribuições im

Organização Política

Em defesa da supremacia da classe

Qual a diferença entre um Congresso Nacional da Psicologia e um Congresso Nacional dos Conselhos de Psicologia? É que no primeiro está implícita a articulação de todos os psicólogos em torno da formulação de diretrizes amplas para a prática profissional. Já no segundo, está colocada uma restrição à participação dos segmentos que não estiverem vinculados à instituição e, por extensão, está excluída a possibilidade de articulação de todos os profissionais em torno de programas de ação.

É exatamente por aí que o conselheiro-presidente do CRP, Odair Sass, avalia o atual estágio de organização política dos psicólogos: a partir de questões como a natureza das entidades e sua representatividade.

Os psicólogos estão articulados, atualmente, em 3 tipos básicos de instituições: os sindicatos, as associações e os Conselhos Regionais e Federal de nam de forma estanque e sem vínculos que possibilitem a troca de experiências entre as várias frentes de atuação que a Psicologia foi abrindo ao longo do tempo."Isso por um lado representa uma forma de os profissionais se manterem articulados em torno de uma área geográfica, ou de interesses específicos de uma categoria, mas de outro representa uma forma de organização que poderíamos chamar de corporativista, no sentido clássico da palavra", afirma Odair.

Este tipo de organização, comum em toda estrutura sindical brasileira e semelhante ao que vem acontecendo com os profissionais de outras áreas, é apontada por Sass, como ineficiente em termos de avanços políticos, mas previsível dentro do Estado Liberal.

Sass defende que "os Conselhos de Psicologia precisam se desfazer do papel do 'grande irmão', aquele que olha, que fiscaliza, que zela. Isto não funciona, até porque é ineficaz. Eles precisam se converter numa estrutura mais ágil, dinâmica e menos pesada".

Ia desenvolvida pelo CRP da 6ª região - que engloba São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, onde tem funcionado bem a representação por órgão colegiado, mas com plenárias abertas a profissionais que, mesmo não sendo conselheiros, atuam nas comissões de trabalho, Odair Sass pondera que essa é uma atitude informal. "É importante, mas não abrange as modificações exigíveis em lei."

"No meu entender, ultimamente tem sido desenvolvidas algumas propostas políticas absolutamente incorretas em relação à composição do Conselho Federal", completa. Trata-se, no caso, do questionamento da própria estrutura de representação estabelecida no Conselho Federal de Psicologia.

A composição do Conselho Federal hoje é feita da seguinte forma: a cada três anos, quando são eleitas as diretorias dos Conselhos Regionais, elege-se também 3 representantes (um efetivo e dois suplentes) que vão compor o Conselho Federal. Daí resultam dois problemas.

O primeiro, de ordem quantitativa, ou seja, uma região como São Paulo, onde moram e trabalham cerca de 40% dos psicólogos do País, tem direito ao mesmo número de representantes de qualquer outra região menor. Fica a pergunta se qualquer semelhança com as discussões travadas em torno da paridade na representação parlamentar seriam, a exemplo das obras de ficção, mera coincidência. "Isso não é casual. Acontece porque esta estrutura burocrática, não representativa, manifesta a mesma estrutura do Estado", responde Sass.

O segundo problema é de ordem qualitativa, mas também reflete a falta de representatividade expressa nos números. Trocando em miúdos, é questionável a possibilidade de articulação e trabalho conjunto de um grupo de pessoas escolhidas aleatoriamente, por profissionais dispersos por todo o enorme território nacional.

Mas existem propostas para solucionar esse problema. De acordo com Sass, não se trata de discutir a representatividade do ponto de vista de garantir a equivalência de participantes das diversas regiões do País, mas de pensar numa forma de organização que represente de fato a categoria e desempenhe o papel de articulador entre os Conselhos Regionais. " Acho gurado aqui em São Paulo e pode se transformar em proposta, tanto para o Congresso Regional quanto para o Nacional, é que se tenha um Conselho Federal enxuto, montado por uma chapa nacional."

O ponto considerado mais importante desta proposta é que a chapa teria um número menor de pessoas, mas que representariam nacionalmente a categoria, uma vez que seriam escolhidas a partir de um projeto de trabalho e não, como acontece hoje, apenas pelo desempenho em suas regiões de atuação. "Na medida em que tivermos uma chapa nacional e um Conselho Federal que realmente represente a categoria, que votou nesta chapa, este grupo estará autorizado a promover estas articulações, que não são articulações menores. Eu estou falando de promover campo de trabalho, de articular condutas quanto a legislação específica da Psicologia, promover discussões e avanços do exercício profissional e da ciência, articular com outras categorias. Com isto, muda-se o eixo de referência de qual é a atribuição desse Conselho Federal", avalia Sass.

Repensar as atribuições do Conselho, no entanto, não significa restringir as outras formas de organização encontradas pela classe. Mas ainda fica a questão sobre como os psicólogos podem se organizar em entidades abertas, que sejam capazes de romper com a estrutura corporativista, sem perder especificidade.

Ainda na opinião do conselheiro presidente do CRP, "a única maneira de tornar hegemônicas tendências não corporativistas de defesa da profissão ou de uma categoria profissional é se abrindo. Isto não quer dizer, de maneira nenhuma, perder expecificidade do exercício profissional. Este é um engano enorme, um dos pontos da ideologia do corporativismo, que se pauta na defesa do espírito de corpo como a única forma de não perder força e especificidade".

Isto na prática significa os Conselhos de Psicologia se voltarem, não somente para as suas questões internas de organização - essas são fundamentais -, mas também se abrir, colocar como perspectiva a articulação com outras categorias profissionais no sentido de desenvolver programas de ação comum.

Esta articulação englobaria um contato permamente tanto entre as entidasindicatos e associações, quanto com outras categorias profissionais como os médicos, os advogados, assistentes sociais e outros segmentos da sociedade civil.

Se por um lado, no entanto, essas propostas dão impulso no sentido de se ultrapassar as formas corporativas de organização, por outro seu sucesso está vinculado à solução da questão da representatividade de entidades como os Conselhos de Psicologia. Isto porque tal nível de articulação pressupõe entidades fortes e representativas, que não corram o risco de sucumbir às turbulências previstas no percurso.

ASSIS

ortante na discussão de Marília dada a necessidade
ıas diretrizes, para que neste momento possamos
a Saúde e conseqüentemente o trabalho nesta área.

ıder? Onde atender? Somente atender? Quais são os
ɔulação? Como defini-las? Estas são questões postas
ɜerção na saúde pública
e campo de trabalho do psicólogo ampliou e

um trabalho isolado, mais sim integrante, em uma

ɜsicólogo, mesmo em equipe, não deve se limitar
mas abre-se para atividades de planejamento,
ıs ações de saúde.
e é fundamental neste contexto e inclusivo novo.
nós dediquemos um tempo importante a esta
sso Constituinte o tema Saúde possa ser ampla-

de Assis já iniciaram o seu trabalho e certamente
ıtes ao Congresso Regional.

DISQ FREUD®
SP (011) 366841
RJ (021) 533-3083
PORTUGUÊS 24 VOLS. EDITORA IMAGO
50% DE DESCONTO
CASTELHANO 25 VOLS. EDITORA AMORRORTU
ESPANHOL 3 VOLS. EDITORA NUEVA
35% DE DESCONTO
COMPENDIO DE PSIQUIATRIA (KAPLAN)
30% DE DESCONTO
OBRAS COMPLETAS, NOVA EDIÇÃO, GARANTIA
ATENDEMOS A TODOS OS ESTADOS
ENTREGA À DOMICÍLIO
DE 2ª A SÁBADO DE 8 ÀS 21 HS.
CGC 72.082.303/0001-34

Posicionamento Político do CRP

A questão fundamental

É inadmissível que qualquer categoria profissional, excetuando as organizações fechadas que se dedicam a objetivos específicos ou que vão de encontro aos interesses coletivos, se exclua da vida política do País em que está instalada. Especialmente quando está em curso um processo de reconstrução e consolidação da Democracia. A categoria dos psicólogos jamais fugiu dessa responsabilidade. Mas também não a assumiu inteiramente. Por isso, os psicólogos devem dar especial atenção – no "Congresso Nacional de Psicologia", que será antecedido pelo "Congresso Regional de Psicologia" e pelos "Pré-Congressos" – à questão da organização política e da mobilização da categoria em todo o País.

O quadro de crise é praticamente estacionário em todos os setores: pouca melhora na Política, quase nenhuma na Economia e um constante agravamento no Social. Os psicólogos, como os profissionais de todas as outras categorias, têm que estar atentos a isso, pois as crises, como se sabe, são implacáveis: arrastam suas vítimas para todo tipo de degradação. É claro que os psicólogos, à medida que fortalecerem sua própria organização política, como categoria, terão importantes contribuições a dar ao esforço nacional de recuperação. Ao mesmo tempo, estarão se ajustando melhor à Nação que, bem ou mal, resiste às forças que a empurram para o fundo do poço.

Os interesses corporativos dos psicólogos, como de qualquer categoria profissional, são sagrados e devem ser defendidos pelas instituições que os representam todos os dias, em todas as situações. No entanto, a concentração total de esforços na direção única dos interesses de classe leva a corporação e seus integrantes ao individualismo exacerbado e ao esquecimento dos interesses coletivos. Isso é tudo que qualquer regime ditatorial no mundo pode querer: os grupos cuidando de seus interesses particulares e ignorando o que se passa a sua volta.

Por isso, os psicólogos devem se preparar para um movimento duplo. Devem cuidar de suas questões domésticas com zelo e determinação, pois isso só pode levar ao engrandecimento dos profissionais. Mas devem também se inserir, mesmo que a duras penas, nas questões nacionais, que se relacionam com o bem-estar social, político e econômico de todos os brasileiros, pois isso certamente vai levar ao engrandecimento da categoria – e, de roldão, de todos os indivíduos que a compõem.

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, considera que a organização política e a mobilização dos psicólogos, que podem decorrer dos eventos que estão por vir, estão acima até dos interesses de preservação ou promoção das entidades que os representam – incluindo os próprios Conselhos. Há resistências minoritárias quanto a isso. Um ou outro Conselho Regional deverá comparecer ao "Congresso Nacional de Psicologia" com "posições endógenas", que concentram seus focos em questões puramente profissionais e desprezam as aspirações da coletividade.

"Os Conselhos Regionais, em maioria, estão dispostos a se posicionar claramente a favor dos interesses da Nação, na qual estão inseridos"

No entanto, os Conselhos Regionais, em maioria, estão dispostos a se posicionar claramente a favor dos interesses da Nação, na qual estão inseridos. Até porque esses Conselhos, como o CRP - 06, têm recebido manifestações constantes dos profissionais, que querem que a sua entidade representativa caminhe nessa direção. Os psicólogos já entenderam, obviamente, que seu futuro profissional está decisivamente ligado ao futuro da Nação.

O Artigo Primeiro dos " Objetivos Gerais" do Regimento Interno do Congresso Nacional de Psicologia estabelece: "promover a organização/mobilização dos psicólogos no País".

De volta aos trilhos

Desde que as entidades representativas dos psicólogos foram criadas, nenhum evento foi tão importante para a categoria como o "I Congresso Unificado dos Psicólogos", de setembro de 1989. Até então, as relações entre os Conselhos e os Sindicatos - e destes com a categoria - ou eram de distanciamento ou marcadas por conflitos e disputas. O Congresso Unificado colocou as coisas no eixo. Ou melhor, definiu um eixo político sobre o qual deveriam girar o comportamento das entidades e os futuros eventos que organizassem: buscar a superação da perspectiva puramente corporativista, em favor de uma mobilização política da categoria, que privilegiasse a defesa dos interesses da população brasileira, nos campos político e social.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) liderou os Conselhos Regionais nessa direção por alguns momentos. Mas, timidamente. Tanto que todo o projeto caiu no esquecimento alguns meses depois.

Os dirigentes dos Conselhos, à época, imaginaram a realização de um "Processo Constituinte", privativo dos conselheiros e que, obviamente, passaria ao largo da categoria. Foi um desvio do eixo político traçado pelo Congresso Unificado que levou a categoria a um lamentável retrocesso.

Os então dirigentes do CRP-06 tomaram o mesmo desvio e embarcaram numa política de promoção do próprio Conselho e de práticas paternalistas e desmobilizadoras. Foi um pecado, que a categoria não perdoou: em setembro de 1992, os psicólogos elegeram, por maioria expressiva de votos, a chapa de oposição "Psicologia e Cidadania", que trouxe a proposta de resgatar as diretrizes do Congresso Unificado. Os psicólogos deveriam intervir no espaço social, em defesa do aperfeiçoamento do processo democrático e de suas instituições e em defesa da cidadania. Uma postura conseqüente dos psicólogos só poderia estar permanentemente voltada para a conquista do bem-estar social da população.

Essa proposta ainda está de pé. O CRP-06 tem se empenhado, tanto quanto é possível, na mobilização da categoria, para que ela cumpra os compromissos que lhe são inerentes, com os esforços nacionais de consolidação da Democracia do País e de busca de melhores condições de vida para os brasileiros. A organização do esforço particular da categoria, nessa direção, passa pelos Congressos Regionais de Psicologia e pelo Congresso Nacional de Psicologia, nos quais a categoria deve ser colocada de volta no eixo político definido pelo Congresso Unificado de 1989. E embora ainda não estejam claros os caminhos que se pretende tomar, em âmbito Nacional, o CRP-06 mantém o seu posicionamento de que os Congressos devem mobilizar politicamente os psicólogos. E devem incorporar ao processo, em nível Estadual e Nacional, as demais entidades representativas de psicólogos, tais como a Fenapsi, os sindicatos e associações. Ou seja, em vez de um processo constituinte, a categoria deve ter um processo político, que englobe todos os psicólogos do País e suas principais entidades de classe.

Um jeito de olhar a criança

Sílvia Gomara Daffre *

A Fundação Abrinq pelos Diretos da Criança (FADC) é uma entidade fundada em abril de 1990, fruto da preocupação da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos com a dramática situação da infância do Brasil

Mantida pelas contribuições de seus associados e pelas parcerias que estabalece com agências financiadoras nacionais e internacionais em seus projetos, é administrada por uma Diretoria Executiva , pelos Conselhos de Administração, Fiscal e Consultivo, compostos por pessoas de diversas áreas do empresariado e especialistas, sendo fiscalizada pela Curadoria das Fundações do Estado de São Paulo.

A Fundação tem como objetivo principal a defesa dos direitos básicos de cidadania da criança e do adolescente, conforme a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU - 1989), a Constituição Brasileira (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990).

Suas atividades são desenvolvidas nas áreas de saúde, política, comunicação e engajamento empresarial, bem como nos seguintes projetos: contra a exploração do trabalho infanto-juvenil, brinquedoteca, famílias substitutas ("Projeto de Guarda") e adoção financeira de crianças ("Projeto Nossas Crianças").

Mas o que faz uma psicóloga clínica em uma entidade como a Fundação, com uma complexidade e diversidade dos pensamentos? Que espaços são ocupados, que conduta trilhar? Quem é o "paciente"?

Revendo meu caminho profissional percebo que meu trabalho em consultório sempre foi acompanhado de uma convivência com crianças pobres em seu contexto social

Reflito sobre dois espaços com ritmos distintos: o particular, onde a história da criança é contada por ela própria a por sua família, e um mundo interno emergindo na relação terapeuta-paciente, e o de natureza institucional, onde a estória da criança tem de ser pesquisada no contexto em que ela vive, o "trabalho terapêutico" envolvendo diversos profissionais.

Uma fala de José Bleger me vem, então, à mente: "Há uma permanente e estreita relação entre indivíduo e sociedade e penso que só é possível compreender um pelo outro". (Psicologia da Conduta.)

O desafio para o meu ser social, possibilidade concreta da conjunção pensamento-ação, é uma possível resposta para quem tem uma criança como foco da atenção, dentro e fora do consultório.

No interior da Fundação está sendo possível olhar a criança sob a ótica de um caleidoscópio: os vários ângulos dos diferentes profissionais e entidades que atuam e se relacionam. E quando se trabalha com a criança não se pode prescindir de uma visão complexa, pois crianças e adolescentes são seres humanos em desenvolvimento, que precisam, portanto, de proteção e cuidados. E os responsáveis para que estes desenvolvimentos físico, psicológico e social aconteçam em condições de dignidade são a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público.

O ECA é uma lei cujo objetivo são os direitos e deveres desses seres humanos. O seu papel no âmbito de nossa sociedade, onde crianças, adolescentes e familiares pobres são vistos e tratados de modo discriminatório, é de extrema importância.

Imprescindível, portanto, a absoluta clareza desta lei para que ela possa ser efetivamente conhecida, aplicada e cumprida. E é nessa prática que se visualizam as dificuldades, as possibilidades e as competências de cada um dos envolvidos no ECA.

A passagem da criança-objeto para sujeito de direitos é na praxis um caminho árduo, longo e desafiador.

Como minha intenção é refletir sobre a integração do pensar-ação no social, chego mais perto de uma das configurações do caleidoscópio, enfocando a experência concreta da guarda. Algumas considerações iniciais se fazem pertinentes.

A guarda se insere no Capítulo III do ECA - "Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária", de onde retiro e transcrevo alguns artigos que são relevantes para o contexto:

Artigo 19 - Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Art 28 - A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

Artigo 33 - A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferido a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

Artigo 34 - O Poder Público estimulará, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento sob forma de guarda de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Uma Planilha para a operacionalidade do ECA, explicitando pressupostos genéricos, está sendo elaborada pelo Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano (CHD) em convênio com o Escritório Regional de São Paulo da Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA), do Ministério do Bem Estar Social.

Especificamente quanto ao capítulo III, na medida em que ficar mais claro os conceitos-chaves inseridos no texto legal como a noção de criança, adolescente, desenvolvimento, sistema de assistência à saúde, família, adoção, guarda e outros, ficarão mais transparentes os direitos, suas violações e a quem cabe as responsabilidades.

A Fundação, em conjunto com o Instituto de Estudos Especiais (IEE) da PUC-SP e o Ministério Público de São Paulo, estão desenvolvendo uma experiência piloto sobre a guarda nos municípios de Lorena e São José dos Campos.

Este trabalho, iniciado a partir de um projeto-lei de Lorena, propondo isenção do IPTU às famílias que abrigassem crianças sem lar, enveredou por caminhos mais amplos.

A proposta de sensibilizar a sociedade para a guarda, configurou-se então em uma campanha informativa, com os seguintes objetivos:

1) esclarecer a população do que é a guarda, como proceder e quais são as responsabilidades e direitos do guardião;

2) conscientizar a sociedade sobre a importância da família substituta;

3) incentivar ações de guarda;

4) regularizar a "guarda informal".

A obtenção desses fins envolve uma interação de várias instituições e elementos dentro de uma mesma entidade e uma clareza das competências e funções de cada um.

Vejo, então, a campanha informativa da guarda como um trabalho pioneiro, uma pesquisa da implantação do ECA. Se tivermos condições - Fundação, I.E.E, Ministério Público e Municípios - de irmos rastreando as pegadas que nesse processo se fazem, poderemos ter muitos ganhos. O maior, sem dúvida, é o da criança ou adolescente, antes abandonados ou em uma instituição, inseridos em uma família.

A campanha da guarda levanta uma série de outras questões:

Parceria e o envolvimento de vários profissionais requerem a construção de um espaço comum de reflexão e comunicação.

A necessidade de se estar junto à entidades que abrigam crianças, que possam ser objeto da guarda, com os Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente, com os Conselhos Tutelares e junto à comunidade.

A obtenção do perfil da criança a ser colocada em guarda, de sua família de origem e da substituta, com o acompanhamento e orientação de profissionais.

O levantamento de critérios para ver qual a estrutura mínima satisfatória para a criança e família serem beneficiadas.

A importância do vínculo familiar para o desenvolvimento social e afetivo da criança é fundamental, mas o que ocorre, na prática de nossa sociedade, é o encaminhamento de crianças para instituições. Não há uma política de assistência de proteção e ajuda financeira às famílias brasileiras.

Uma série de questões surgem no cotidiano da guarda:

• O trabalho com a família natural ou a substituta que não tem condições de criar seus filhos.

•O levantamento de critérios para ver qual a estrutura mínima satisfatória para criança e família serem beneficiadas com a guarda.

•A obtenção do perfil da criança a ser colocada em guarda, de sua família de origem e da substituta, com o acompanhamento e orientação de profissionais.

•A necessidade de se estar junto as entidades que abrigam crianças que possam ser objeto da guarda, com os Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente, com o Conselho Tutelares, com a comunidade.

•A construção de um espaço comum de reflexão e comunicação entre parceiros e profissionais envolvidos. É preciso uma equipe, sob a coordenação de um órgão centralizado que possa acompanhar todos os momentos deste processo

Concluo que o trabalho multidisciplinar é simplesmente necessário, assim como uma saudável articulação para o equilíbrio das instituições, com todos os seus elementos em interação. Pensar a guarda, a campanha e toda sua problemática é fundamental para mim, enquanto psicóloga infantil, que vivência as demandas de uma criança dentro e fora do consultório.

SILVIA GOMARA DAFFRE é:

Psicóloga clínica formada pela PUC-SP

Mestre em Psicologia da Educação PUC-SP/

Presidente do Conselho Consultivo da FADC/

Enfim, aberta a porta do porão

A categoria dos psicólogos pôde finalmente comemorar, no mês passado, a libertação da colega Tânia Maria Cordeiro Vaz, que ficou presa ilegalmente por dois anos na Penitenciária de Rengo, a 150 quilômetros de Santiago do Chile. Tânia Vaz foi torturada, violentada e humilhada pela polícia e perseguida pela juíza do tribunal de Rancágua, Elena Contreras, com a complascência do governo chileno. O embaixador do Brasil no Chile, Guilherme Leite Ribeiro, e jornalistas brasileiros que acompanharam o caso de perto, relataram que a filha da psicóloga, Patrícia, de apenas 13 anos, também foi tirada abruptamente de sua casa, trancafiada, ameaçada, aterrorizada.

A polícia chilena acusou Tânia de envolvimento com a organização terrorista Lauturo para arrancá-la de sua casa em Rancágua, a 78 quilômetros de Santiago. A psicóloga provou sua inocência sem maiores dificuldades, mas um pouco tarde: já havia sido submetida a torturas na cadeia e, por isso, a polícia chilena decidiu mantê-la presa. Para tanto, acusaram-na de roubo, o que não chegou a ser comprovado. Mesmo assim, ela permaneceu presa e só foi solta graças às constantes pressões do governo brasileiro e de entidades de direitos humanos e de classe - incluindo o CRP- 06 e o CFP, que enviaram vários telegramas ao embaixador chileno, pedindo interferência no caso.

A prisão arbitrária de Tânia, baseada em peças forjadas de acusação, foi um flagrante desrespeito às leis internacionais e aos princípios mais elementares de direitos humanos. Demonstra que, infelizmente, o povo chileno ainda sofre influências do regime ditatorial que dominou o seu país por vários anos.

Nota de apoio ao CFM

O Conselho Regional de Psicologia, da 6ª Região, manifesta seu irrestrito apoio à Resolução do Conselho Federal de Medicina, que obriga os seguros-saúde a garantirem atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde, não podendo ímpor restrições quantitativas ou de qualquer natureza.

Essa resolução refere-se, portanto, a casos tais como: portadores do HIV, diabéticos, portadores de todos os tipos de câncer, atendimento fisioterápico, etc.

O CRP- 06 está desenvolvendo estudos sobre os convênios, no que se refere à cobertura de atendimentos psicologicos, com o objetivo de formular em breve regras claramente definidas para um real fortalecimento dessa modalidade de prestação de serviços psicológicos.

Como as leis tratam os psicólogos (parte II)

Constituição de 1988

Desde o dia 5 de outubro de 1988, quando a atual Constituição do Brasil foi solenemente promulgada, o campo de atuação dos psicólogos não é mais o mesmo. Os avanços conquistados pela nova Carta, especialmente nos capítulos dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos e da ordem social, afetaram diretamente em alguns casos, indiretamente em outros - o exercício profissional da Psicologia. Até hoje, no entanto, a maioria dos psicólogos do País não se deu conta dos efeitos que a Constituição de 88 - e as leis complementares que decorreram dela - provocaram em sua vida profissional. Por essa razão, as conseqüências do atual quadro jurídico do País no exercício da profissão de psicólogo serão amplamente analisadas nos "Pré-Congressos" e no "Congresso Regional de Psicologia".

Entre os preceitos constitucionais que tiveram reflexo imediato na vida do psicólogo, estão, por exemplo, os dispositivos que criam a seguridade social, definidos como "um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". O artigo que cria a seguridade social diz que ela deve ser organizada com base na "universalidade da cobertura e do atendimento" e no "caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com participação da comunidade (...)".

Na seção específica que trata da Saúde, a Constituição diz que ela "é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". A Constituição determina que as "ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, que prevê atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais". Essas determinações constitucionais devem resultar na criação de equipes multiprofissionais, nas quais os psicólogos se inserem, para a implantação dos sistemas de saúde nos municípios.

Outro exemplo claro de influência da Constituição no exercício da profissão de psicólogo pode ser observado no capítulo dos direitos e garantias fundamentais do cidadão. Alguns de seus dispositivos tornaram inconstitucional a legislação que rege a implantação e administração dos manicômios. Os direitos e garantias individuais das pessoas colocadas nos manicômios são seguidamente violados, quando são submetidos a tortura, a tratamento desumano ou degradante, quando o sigilo de suas correspondências é quebrado, quando sua locomoção é cerceada.

A luta antimanicomial, da qual os psicólogos fazem parte, propõe a abolição do decreto-lei de 1934, de Getúlio Vargas, que regula os atuais procedimentos do tratamento psiquiátrico nos manicômios. Solicita-se a aprovação da "Lei Paulo Delgado", que tramita no Congresso desde 1989 - já aprovada pela Câmara dos Deputados - que ressalta o fato de que o internado em hospital psiquiátrico também tem direito à cidadania. A internação involuntária significa privação de liberdade - e hoje qualquer pessoa, com a ajuda de um laudo médico, pode colocar outra em um manicômio.

A internação involuntária não pode ser decisão de apenas um profissional (no caso, o psiquiatra). Tem que partir de decisão judicial, segundo a lei em tramitação no Congresso. O médico que faz a internação será obrigado a comunicar o fato à defensoria pública, de acordo com os prazos legais. A defensoria se encarregará de ouvir o médico e outros profissionais, além do próprio internado e seus familiares, para informar o processo que vai decidir sobre a manutenção ou não da internação.

Essas propostas reforçam a tese de que o tratamento em hospital psiquiátrico não representa apenas tratamento de saúde, relacionado à assistência médica. Significa também tratamento de saúde mental, que exige a participação de equipes multiprofissionais, nas quais os psicólogos se encaixam. Além disso, não é tratamento para ser feito em regime fechado, como ocorre hoje, e sim tratamento ambulatorial, em regime aberto.

A legislação que regula a profissão de psicólogo está velha e desatualizada. Foi aprovada em 1962 e não corresponde mais à realidade do País nem ao dia-a-dia do exercício profissional. Por outro lado, leis mais recentes, como a Constituição do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código do Consumidor, sequer foram totalmente assimiladas pela sociedade e, particularmente, pelos psicólogos. Os "Pré-Congressos", o "Congresso Regional de Psicologia" e o "Congresso Nacional de Psicologia" surgem como oportunidades únicas para que a categoria possa buscar atualização com o arcabouço jurídico que influi direta ou indiretamente no exercício da profissão.

Código do Consumidor

De olho nos direitos do cliente

Em três anos de existência a Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), de São Paulo, jamais registrou qualquer queixa contra psicólogos. E deve continuar assim. O CRP - 06 contatou o Procon com o propósito de estabelecer regras mais claras no relacionamento dos profissionais de Psicologia com os clientes (consumidores), para evitarem aborrecimentos no futuro.

"No momento, estamos estudando juntos a legislação, para ver em que pontos podemos chegar a um acordo", informa a chefe do Núcleo de Treinamento do Procon, Vera Marta Junqueira. A profissão de psicólogo não escapa, obviamente, aos instrumentos de controle do Código do Consumidor. No entanto, a maioria dos psicólogos mal sabem precisar os pontos em que pode haver conflitos entre eles e seus clientes. Esses pontos serão discutidos, portanto, nos "Pré-Congressos" e no "Congresso Regional de Psicologia".

Essa, aliás, tem sido uma preocupação do CRP - 06 desde que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) entrou em vigor. O Conselho vem aprofundando as discussões sobre as normas estabelecidas por ele. No dia 8 de março, representantes do Conselho e do Procon reuniram-se para analisar detalhadamente essas normas e também algumas portarias da Sunab que fixaram novas regras e critérios para o setor de prestação de serviços após a promulgação do Código do Consumidor.

Foram discutidas três questões consideradas fundamentais pelos dois órgãos. A primeira delas é a da fixação de uma tabela de preços no consultório, em lugar visível ao público, com preço à vista, prazos e condições de pagamento, reajustes, taxas de juros aplicados (se houverem) e encargos.

Outra obrigatoriedade é a de que o profissional elabore orçamentos. O Código diz que é vedado ao fornecedor de produtos e serviços executar trabalhos sem prévia elaboração de orçamento. No caso, psicólogo também deve apresentar um orçamento ao cliente, independente da natureza dos serviços que vai prestar. De acordo com o Código do Consumidor, o orçamento, que é uma síntese do contrato, deve mencionar o serviço a ser prestado, o prazo (determinado ou não), o valor de cada consulta, a forma de reajustes e a periodicidade destes.

A proteção contratual, segundo o Código, é necessária para resguardar os direitos do consumidor e do prestador de serviços, resguardadas as especificidades da profissão. O contrato escrito deve especificar o tipo de tratamento e a técnica que serão utilizados, além dos itens do orçamento.

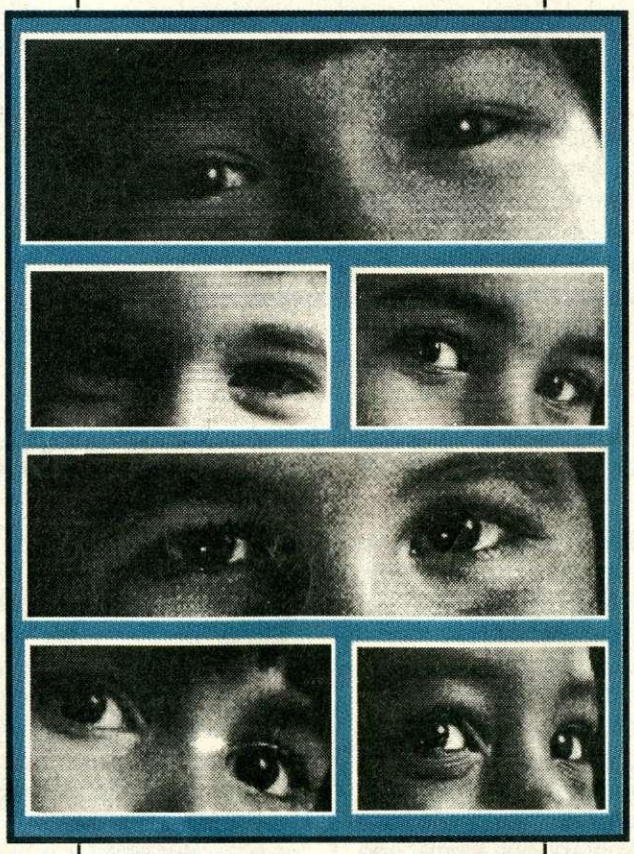
Quanto ao tempo determinado, o Conselho argumenta que na maioria dos casos esta previsão pode ser inviável, já que não se pode prever qual o prazo que o paciente irá responder ao tratamento. "Chegamos à conclusão de que, no caso específico do tratamento psicológico, é impraticável se estabelecer prazos. Assim, o contrato, que deve ser por escrito, pode ser feito por prazo indeterminado, desde que contenha uma cláusula que reserve às partes o direito de rompê-lo a qualquer momento", explica a advogada do CR, Sílvia Terra.

Em alguns casos, pode ser feito um contrato inicial e, no curso do processo, um aditamento. Para o profissional, pode parecer estranho ser obrigado a cumprir exigências como as de ter de afixar uma tabela na parede de seu consultório, de elaborar um orçamento, seguido de um contrato, mas essas inconveniências podem ser superadas com a compreensão de que terá a seu favor uma transparência maior na prestação de seus serviços e que criará condições melhores e mais objetivas na relação psicólogo/paciente. No entanto, é importante salientar que esta questão não pode ser analisada apenas à luz do Código do Consumidor, pois este esbarra em princípios clínicos importantes e merece uma discussão e aprofundamento técnico-teórico.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Campo ainda nublado

A situação do menor carente mudou radicalmente, para pior, na história recente do País, e esse fato ganhou uma importância que seria imprevisível há alguns anos. Pode-se afirmar que as crianças no Brasil nunca passaram por um período tão difícil e tão triste. Esse problema, ao alcançar destaque internacional, se transformou em uma questão de honra nacional, e disso se originou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei, criada em 1990 para garantir os direitos do menor, trouxe consigo a esperança de que, finalmente, haverá uma melhoria na condição de vida de crianças e adolescentes brasileiros. Mas, devido ao seu nível de detalhamento, talvez devido às antigas posturas da sociedade de frente à criança, esta lei ainda não foi bem absorvida nem mesmo pela maioria dos advogados que, no momento, fazem um curso especial, patrocinado pela OAB de São Paulo, para se habilitarem a defender os menores.



Com os psicólogos também não foi diferente: poucos absorveram o Estatuto com maior profundidade. Gerou mudanças importantes no enfoque que se dava à questão dos menores, principalmente no que se refere às crianças abandonadas, mas o Estado jamais assumiu completamente as novas responsabilidades que lhe foram atribuídas. Até agora não implantou programas e instituições criados pelo Estatuto .

As responsabilidades dos psicólogos também se expandiram substancialmente com o Estatuto, mas também não vêm sendo atendidas satisfatoriamente pelos profissionais da área, por falta de conhecimentos sobre esse novo campo de trabalho ou até por falta de se integrarem melhor com as possibilidades de atuação que surgiram com a aprovação do ECA.

Podem ser citados vários exemplos. A lei determina que o atendimento ao menor deve ser realizado em pequenas unidades, que forneçam aos profissionais de uma equipe multidisciplinar condições para o desenvolvimento do trabalho. Mas não se sabe como atender a esta exigência sem o apoio do atual Governo, que, ainda mais do que o anterior, não se preocupa com a questão do menor.

A criação de Conselhos Tutelares também é um bom exemplo. Criados para dar apoio a todos aqueles que os procurem com questões referentes ao menor, eles até ganharam instalação física para funcionar. Mas faltam telefones, equipamentos e materiais básicos que garantiriam seu bom funcionamento. Estes Conselhos, que abririam uma nova porta mercadológica para os psicólogos e criariam uma postura diferenciada de trabalho, apesar de serem previstos no Estatuto, ainda não existem realmente.

O ECA foi criado de uma forma diferente de como convencionalmente se cria uma lei no Brasil. Ao contrário de responder a uma demanda da população - que pressiona o governo por determinada causa -, o Estatuto foi elaborado por um grupo de intelectuais interessados na questão. Esta razão também explica a dificuldade de sua aceitação e absorção por todas as camadas da população.

Seu entendimento está, até hoje, restrito aos profissionais que lidam com a área jurídica - devemos lembrar que o Estatuto é uma lei e, portanto, está redigido em uma linguagem difícil de ser compreendida por outras categorias profissionais. Muitas vezes, a saída vem sendo o uso simplista da lei, o que gera muita confusão. Tornaram-se comuns, por exemplo, histórias de pais que vêm sendo processados por terem agredido de alguma forma o direito de seus filhos, mesmo quando eles o fizeram com o intuito de protegê-los ou educá-los.

Chega-se finalmente à conclusão de que ainda não se pode sentir os efeitos do Estatuto, uma vez que até agora não se observaram mudanças práticas na realidade econômica e social dos menores no Brasil. Ele apenas poderá ser "praticado" quando estiver bem absorvido e bem interpretado. Além disso, a correta aplicação do ECA depende da vontade política, não apenas do governo como de toda a sociedade e grupos profissionais - entre eles, como não poderia deixar de ser, o dos psicólogos.Segundo a psicóloga Lucy Mary Rego Nobre Franco, integrante da Comissão da Infância e Adolescência, ainda é muito cedo para avaliar as transformações impostas pela nova lei - a categoria nem ao menos conseguiu visualizar a extensão destas mudanças, tanto no que se refere à ampliação de seu mercado de trabalho quanto à série de adaptações que deverão ser efetuadas em seu cotidiano profissional.

Isso acontece, em parte, porque as faculdades de Psicologia ainda não assumiram a responsabilidade que lhes cabe de formar profissionais capacitados para atuar nesse campo. Até agora, elas não adaptaram seus currículos - nem as suas atitudes - à nova realidade da Psicologia, diante do novo quadro em que se situam as crianças e os adolescentes no País.

A decadência do "clinicalismo"
é imperativo repensar a prática clínica

O mercado de trabalho do psicólogo na última década se alterou sensivelmente. Nas últimas décadas, o País passou por transformações profundas e a profissão de psicólogo não escapou ilesa: multiplicaram-se as áreas de atuação, velhos modelos se mostram agora insuficientes. As novas oportunidades de trabalho, que têm surgido por todos os lados, atraem timidamente os psicólogos, porque eles se fixam no sonho da clínica particular e seguem teimosamente o caminho da Psicoterapia.

Na trilha oposta, está a maioria da população, que não tem acesso aos consultórios dos psicoterapeutas, pela mesma razão que evitam os consultórios particulares dos médicos: os custos são muito altos se comparados com o baixo poder aquisitivo, hoje generalizado entre os brasileiros. O quadro das Psicoterapias no Brasil, com suas diversas abordagens, mostra um campo de atuação profissional saturado e necessitando ser repensado até a luz das novas áreas do exercício profissional, que inicialmente insistiram em buscar na clínica do consultório um modelo de atuação.

De uma maneira geral, os psicólogos resistem a essa idéia. Afinal, eles são formados segundo uma orientação pedagógica estacionada na década de 60, que enfatiza o modelo clínico e se descuida dos demais campos da Psicologia. A concentração do ensino no modelo clínico é resultado de um conjunto de imagens estereotipadas. Há, por exemplo, uma ilusão de que a clínica gera mais dinheiro. E há um apego à imagem do trabalho em consultório, que se originou em antigos modelos de tratamento médico. No entanto, a realidade do País, como a realidade do mundo, mudou muito e produziu novas demandas que, provavelmente, vão exigir dos psicólogos uma nova postura diante do exercício de sua profissão.

As novas áreas de atuação do psicológo se originaram na própria dinâmica dos procedimentos psicológicos e também no processo evolutivo da economia e da política do País. A promulgação da Constituição de 1988, por exemplo, produziu avanços nos capítulos dos direitos individuais e dos direitos sociais do cidadão na Saúde, na Educação, na Justiça, no Trabalho, no Serviço Social e efeitos - muitos deles colaterais - nas áreas de atuação dos psicólogos. São áreas que passaram a requerer o trabalho exclusivo do psicólogo ou a participação dele em equipes múltiplas de profissionais.

O trabalho exclusivo no consultório passou a ser mais seletivo e mais raro. O psicólogo se volta, agora, para as instituições, em busca da realização profissional. Isso o obriga a reciclar o seu conhecimento e suas técnicas, porque o dia-a-dia nas instituições é muito diferente de suas práticas no consultório. Os psicólogos que, afinal, encontram colocação em instituições, tendem inicialmente a aplicar no novo emprego o que mais aprenderam na Faculdade: o modelo do consultório. E se saem mal, pois nas instituições trata-se justamente de se buscar práticas que até incluem o atendimento psicoterapêutico, em alguns casos, mas, sem dúvida, exigem um novo modelo de atendimento compatível com a realidade institucional.

No entanto, é fundamental ressaltar que há um número expressivo de psicólogos que vem exercendo com competência e seriedade o trabalho clínico em consultórios e que tem obtido sucesso nessa área específica da profissão. Mas se observa que o trabalho clínico, por sua natureza introspectiva, leva o psicoterapeuta a um maior grau de isolamento. E a prática contínua e generalizada desse modelo, como se constata, o leva a isolar-se da categoria. Por isso, ela favorece o individualismo e dificulta a troca principalmente quanto às questões políticas e associadas inegavelmente a esse modelo individual que exclui e discrimina grande parte da população do País.

Cabe aos profissionais fazer com que o exercício de sua profissão reflita sua dimensão mais macro, para que a própria categoria se fortaleça e colabore, como um todo, no caminho de um questionamento saudável. Nessa medida, se torna necessário o envolvimento desses profissionais com as questões políticas do País, pois só assim os psicólogos podem considerar um projeto mais amplo de uma psicologia clínica "no" e "para" o Brasil.

Sincretismo ocupacional

No terceiro domingo do mês de fevereiro, o repórter Ernesto Paglia apareceu na telinha da Globo, instalado em um divã, para experimentar a terapia de regressão a vidas passadas. Na mesma reportagem, ele foi ouvir o presidente do CRP-06, Odair Sass, que o esclareceu: esse assunto não é da área de Psicologia. As chamadas "práticas alternativas" se popularizam no País, a exemplo do que acontece no mundo, e se constituem numa preocupação constante para os psicólogos: a mesma tendência de misturar as coisas, que resultaram na salada de religiões e práticas místicas que resultam no sincretismo religioso do Brasil, ameaça também a Psicologia.

O Conselho Regional de Psicologia, da 6ª Região, não condena - nem defende - as "práticas alternativas". Afirma que, até que se prove o contrário, elas não se encaixam no campo de conhecimentos da Psicologia. Do ponto-de-vista desses conhecimentos, a Psicologia é uma ciência, na qual se opera com métodos próprios e técnicas específicas, que foram instituídos graças a teorias submetidas a comprovações práticas através dos tempos. Métodos e técnicas psicológicas surgem de descobertas científicas, enquanto "práticas alternativas" podem decorrer, por exemplo, de descobertas espirituais.

Os "Pré-Congressos" e o "Congresso Regional de Psicologia" deverão se constituir em oportunidade para que se busque alguns esclarecimentos e posicionamentos em torno desse tema. É bastante difícil definir o que exatamente faz parte do exercício profissional da Psicologia e o que integra o campo de "práticas alternativas".

Normalmente, é mais fácil perceber o que não é Psicologia: o que envolve religião, por exemplo, se baseia em dogmas, não em comprovação científica; "florais de Bach", como se informa, se baseia em física quântica, que não faz parte da gama de conhecimentos que constituem a Psicologia; musicoterapia também não é Psicologia, embora possa ser usada pelos psicólogos como um recurso extra no desenvolvimento do trabalho psicológico.

Os psicólogos não entram no mérito da questão, pois não é propósito da categoria discutir a eficácia das "práticas alternativas" no tratamento - ou cura - de problemas psíquicos. O ponto fundamental é que essas práticas se baseiam em pressupostos místicos, religiosos, espiritualistas ou em qualquer outra forma de conhecimento que não tem vínculo com a Psicologia. Mesmo a literatura, classificada como de "auto-ajuda" e, as vezes, apresentada como se tivesse um conteúdo psicológico, não tem qualquer compromisso com a ciência da Psicologia. E, normalmente, se aproxima muito do senso comum, ao afirmar, por exemplo, que o pensamento positivo faz bem às pessoas.

A preocupação dos psicólogos, encampada pelo CRP-06, é com as possibilidades de as pessoas que exercem "práticas alternativas" se apresentarem como profissionais da área e também de usarem métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes. Nesse caso, há um exercício indevido/ilegal da profissão. O psicólogo, que entra nessa área, está se desvinculando do processo científico e, portanto, do exercício profissional - não pode apresentar o seu procedimento como trabalho psicológico. Pode ser que um dia, com o avanço dos conhecimentos, algumas dessas práticas se integrem ao campo da Psicologia. E é interese do CRP - 06 propiciar condições de avanço.

A escolha de Inês

Antes que terminasse o ano de 1976, Inês Helena de Oliveira tomou finalmente a decisão que iria botar um ponto final a meses de angústia. E mudar sua vida. Ela vinha vivendo um dilema do tipo "casamento por interesse ou casamento por amor". Estava cursando o segundo ano de Letras na PUC, de olho em bons empregos no futuro, mas se apaixonou por Psicologia. Fez outro vestibular e se formou em Psicologia em 1981. Doze anos depois, ela lamenta a escolha que fez. Sem trabalho, sente-se permanentemente angustiada e deprimida. Ela intitulada "Para que estudar Psicologia" (que publicamos na Seção de Cartas). Ela descreve sua luta por um emprego e suas sucessivas frustrações. E pergunta ao Conselho se existe, afinal, uma saída no fim do túnel. Hoje, com 39 anos, nove a mais do que algumas empresas e instituições têm considerado uma idade adequada para contratações, Inês Helena continua desempregada desde 1989, quando seu empregador considerou que não precisava mais dos serviços de um psicólogo.

A psicóloga Lúcia Serrão do Nacimento, 30 anos, não está tão mal assim. Ela trabalha na Secretaria faculdade, a Família e Bem-Estar Social", ela conta.

Seis meses depois disso, até teve oportunidade de ser contrada por uma empresa para a área de RH. Mas não aceitou: "Eu sabia que ia ser infeliz", afirma. E explica um pouco melhor: "Na verdade, eu ainda estava sob influência dos meus professores de faculdade e o que eu queria mesmo era Psicanálise". E ainda está. Hoje ela freqüenta o consultório de uma psicóloga mais experiente, para fazer supervisão, e o consultório de um psicanalista, para se submeter a análise.

A psicóloga Sônia de Souza Campos, 28 anos, também tem um emprego: é secretária de redação de uma revista especializada em bicicletas. Ganha o suficiente para as suas necessidades básicas e para pagar horas em dois consultórios de psicólogos mais experientes. Como as outras, ela busca supervisão e terapia, que a está ajudando a "resolver conflitos e perceber melhor sua identidade como profissional". De qualquer forma, está acontecendo alguma coisa em sua vida: ela tomou a iniciativa de orientar psico-

As despesas, diz ela, são cobertas pelo marido, que também paga "sempre com alguns comentários" os vários cursos de formação que vem fazendo para "aprender a ser psicóloga".

Rezilda esteve no "Encontro Setorial da Saúde", no início de março na PUC, onde ofereceu aos presentes uma frase de efeito: "Tudo que a faculdade dá ao formando é um alvará para aprender Psicologia na rua". Ela explica: "O psicólogo sai da Faculdade sem preparo para o exercício profissional, mas recebe dela um diploma que o autoriza a praticar Psicologia. E só então, tentando praticar a profissão, fazendo

experientes. Como se formaram em Psicoterapia, eles estão convencidos que as pessoas, nessa situação, procuram um psicólogo. De uma forma geral, os psicólogos recorrem a seus colegas mais experientes.

A psicóloga Inês Helena, que herdou o nome de uma dupla de santas mártires, é uma cliente, como tantos outros profissionais, de psicólogos melhor sucedidos na profissão. Há pouco tempo, ela enviou uma carta comovida ao Conselho,

enquadra na série mais dramática: desde que saiu da faculdade, em 1991, só conseguiu trabalhar como psicóloga dois meses (abril e maio de 1992), na "LARES". "Trabalhei pela gasolina e não recebi", afirma. Em todo esse tempo, Rezilda vem freqüentando dois consultórios de psicólogos, com as finalidades de sempre: supervisão e terapia. Alugou duas horas por semana nesses consultórios, mas não tem clientes.

serviço público para atuarem, tendo como perspectiva as baixas remunerações a que se submeteriam em áreas como a da Saúde, que não são prioridades de governo. "É muito difícil incentivar os alunos a reconhecerem o campo do serviço público, tendo como perspectiva uma carreira na área da Saúde, mal remunerada, num País onde não há políticas de interesses pela saúde da população", finaliza.

Clínicas de areia

As conseqüências negativas da supervalorização do modelo clínico nas Faculdades começam a se manifestar logo que o novo psicólogo entra no mercado e percebe que ele está saturado. Os clientes não aparecem nos consultórios e os sonhos do ex-aluno de Psicologia começam se transformar em pesadelo. E ele passa a ser um forte candidato a ocupar os divãs de psicólogos mais experientes e já situados no mercado.

Os psicólogos desajustados ao exercício profissional se tornam o melhor mercado de psicólogos, na tentativa inclusive de complementar sua difícil formação. Normalmente, eles procuram psicólogos mais experientes profissionalmente, em busca de supervisão, trabalho em grupos de estudo e da própria terapia.

Entre os recém-formados, há uma mentalidade, quase que coletiva, de que o psicólogo que não "faz clínica" não se realiza como profissional. Essa mentalidade é formada nas faculdades, onde se entroniza o modelo clínico e pouco se valoriza os outros campos de trabalho da Psicologia. Esse preconceito já extravasou os meios profissionais da área para atingir os meios sociais. Ao anúncio de que uma pessoa é psicóloga sempre se contrapõe a pergunta "onde é o seu consultório?". Mais uma vez, se tem a prática da clínica como uma referência de sucesso profissional. O consultório traz reconhecimento social, embora, muitas vezes, não traga resultados financeiros.

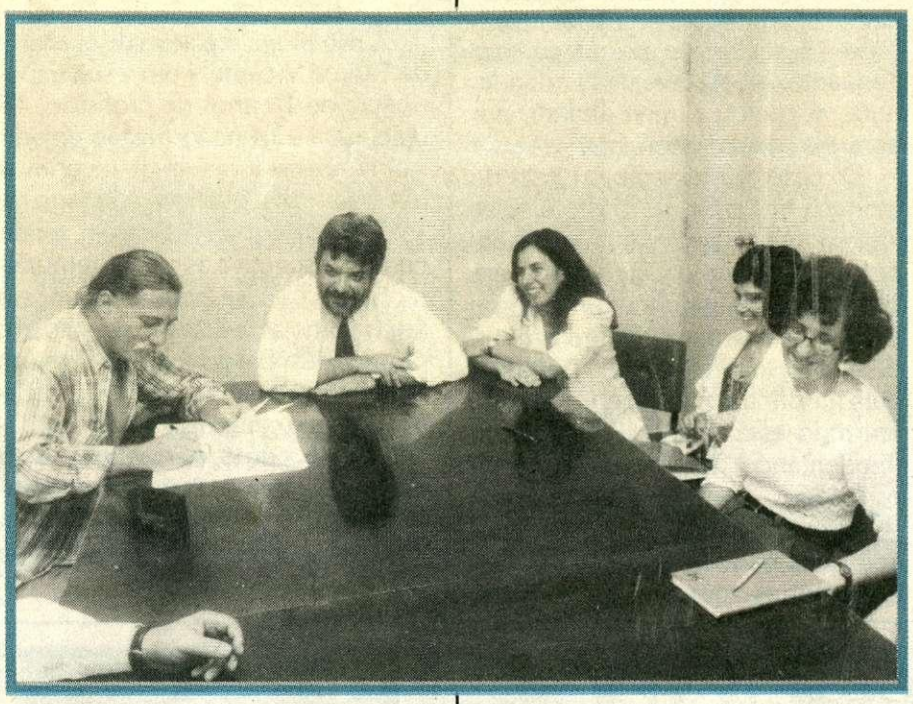
CRP-06 assina convênio de cooperação técnica com o SEADE

O conselheiro-presidente do CRP, Odair Sass, e o diretor técnico do SEADE, Pedro Paulo Martoni Branco, assinaram, no dia 17 de março, o convênio de cooperação técnica entre as duas instituições para o recadastramento dos psicólogos do Estado de São Paulo.

A assinatura do convênio tem como objetivo concretizar a idéia de planejar ações coerentes com o perfil do psicólogo. Conforme explica Odair Sass, "não é possível planejar ações ou desenvolver programas voltados para a categoria, para as questões sociais, se não tivermos com maior clareza dados sobre essa inserção profissional.

O convênio representa, ainda, uma iniciativa pioneira. Hoje, não existem dados sistematizados e "a atuação tradicional da categoria tem sido diversificada ao longo dos últimos 15 anos, sem que se tenha acompanhado essas mudanças com registros consistentes", explica Sass.

Durante a assinatura, o diretor técnico do SEADE falou sobre a importância deste trabalho para a instituição que representa."Para nós a importância deste convênio é consolidar, sobre bases institucionais bem formalizadas, as nossas relações com as mais diferentes fontes geradoras, produtoras de informações do Estado. A Fundação SEADE é uma instituição incumbida de um papel singular, único, no âmbito das instituições públicas paulistas, para uso de toda a sociedade e também para abastecer os sistemas de planejamento que estão por trás da elaboração e execução das políticas públicas, mas também das instituições representativas da sociedade civil no seu âmbito privado, sejam instituições de classe, associativas, ou mesmo organização de empresas privadas que fazem planejamento de suas atividades".



Sobre a escolha do SEADE como parceiro nesta iniciativa, o conselheiro-presidente do CRP lembrou a importância de se utilizar as instituições competentes para este tipo de trabalho."Estamos fazendo esse recadastramento com o SEADE porque consideramos importante recorrer a instituições que têm competência para fazer esse tipo de trabalho. De outra forma, ou não se faz ou as instituições querem realizar sozinhas, desconsiderando órgãos públicos existentes."

O diretor técnico do SEADE falou também sobre a importância do levantamento dos dados, para os psicólogos. Segundo ele "vai ser muito interessante, para o conjunto dos psicólogos, poder, pela primeira vez, ter informações relativas a sua expressão profissional e a sua existência estatística".

Os resultados deverão ser publicados no Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, revista do SEADE. Mas não estão descartadas outras formas de publicação conjunta entre o CRP e o SEADE, conforme explica Zilda Pereira da Silva, coordenadora do setor saúde do Departamento de Indicadores Sócio-Econômicos do SEADE. "A gama de dados que vai surgir com esse levantamento vai ser muito variada. Nós vamos absorver uma parte desses dados numa publicação já tradicional aqui da Fundação, que é o Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Mas vamos também discutir outras possibilidades de publicações com o CRP, como artigos para revistas",

Para a realização do levantamento dos dados, todos os psicólogos cadastrados no CRP receberão um formulário em suas residências, para preenchimento e devolução. O preenchimento será obrigatório. O segundo passo será a aplicação de um questionário, por técnicos treinados pelo SEADE. Este questionário visa abranger os profissionais que estejam sem contato com o CRP ou que não responderam ao formulário.

Boas notícias, afinal

A categoria dos psicólogos poderá, em breve, ter um salário mínimo igual ao de médicos e dentistas (em torno de 400 URVs) e a jornada de trabalho reduzida para 4 horas diárias. O projeto de lei número 63, de 1993, elaborado pelo deputado federal Sigmaringa Seixas (PSDB) já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Espera-se agora, o parecer do Executivo, que poderá sancionar ou vetar o projeto. A expectativa é que o presidente Itamar Franco aprecie a matéria num prazo de um mês.

O projeto modifica a redação do artigo 22 da Lei número 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas. De acordo com a justificativa do deputado para a alteração, "quando esta lei foi elaborada, a profissão dos psicólogos ainda não havia sido regulamentada, o que aconteceu somente a 27 de agosto de 1962, através da Lei 4.119. Esses profissionais continuam até hoje desamparados pela legislação, e ,portanto, submetidos a regime de trabalho não condizente com sua estafante profissão".

Texto do Projeto

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1 - O artigo 22 da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 - As disposições desta lei são extensivas aos psicólogos e cirurgiões dentistas, inclusive aos que trabalham em organizações sindicais.

Art. 2 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se disposições em contrário.